

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATEUS MEDINA FUZATTO

**RELAÇÃO COMERCIAL DO JAPÃO COM AS TRÊS MAIORES ECONOMIAS DA
AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DOS ANOS 1980 AO ANO DE 2022**

Uberlândia
2024

MATEUS MEDINA FUZATTO

Relação Comercial do Japão com as Três Maiores Economias da América Latina:
Uma análise dos anos 1980 ao Ano de 2022

Trabalho de Conclusão de Curso da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa

Orientador: Sandra Aparecida Cardoso

Uberlândia

2024

MATEUS MEDINA FUZATTO

Relação Comercial do Japão com as Três Maiores Economias da América Latina:
Uma análise dos anos 1980 ao Ano de 2022

Trabalho de Conclusão de Curso da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa

Uberlândia, 17 de abril de 2024

Banca Examinadora:

Sandra Aparecida Cardoso – Professor (IERI)

Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá – Professor (IERI)

Julio Fernando Costa Santos – Professor (IERI)

RESUMO

A presente monografia examina as complexas dinâmicas político-econômicas entre Japão e América Latina ao longo de 40 anos, considerando a transição para um novo modelo do sistema monetário internacional após a decadência do Sistema de Bretton Woods, liderado pelos Estados Unidos após as Guerras Mundiais. Com o colapso de Bretton Woods na década de 1970, surgem desafios significativos para a política econômica internacional, incluindo a ascensão de concorrentes como Japão e Alemanha. Autores de Relações Internacionais, como Robert Gilpin e Paul Kennedy, previam a ascensão do Japão como nova hegemonia, o que não se concretizou devido à influência contínua dos Estados Unidos, ao fim da Guerra Fria e a problemas internos no Japão, culminando na bolha econômica de 1991 e décadas de estagnação. A partir dos anos 2000, a ascensão econômica da China mudou novamente a ordem internacional, apresentando novos desafios para a Política Externa japonesa. Enquanto isso, na América Latina, a transição de regimes autoritários para democracias no final da Guerra Fria foi acompanhada por reformas neoliberais destinadas a estabilizar economias afetadas por crises de dívida externa, fruto do aumento das taxas de juros pelos Estados Unidos. Assim, a relação entre Japão e América Latina, especialmente com Brasil, México e Argentina, é marcada por uma dinâmica de interdependência econômica, em que o Japão tem sido um importante parceiro comercial para esses países, importando produtos primários e exportando manufaturas de alto valor agregado. O Brasil, em particular, destaca-se como o lar da maior comunidade japonesa fora do Japão, impulsionando um intercâmbio cultural significativo e estabelecendo laços históricos e econômicos duradouros. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo explorar a relação comercial do Japão com a América Latina, focando nas três maiores economias da região pelo PIB: Brasil, México e Argentina. A pesquisa analisa como esses países se posicionaram na Divisão Internacional do Trabalho e os principais eventos domésticos e internacionais que influenciaram suas economias e o comércio com o Japão. Logo, a metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica abrangente e uma análise qualitativa de dados quantitativos. Para isso, as fontes como o Observatory of Economic Complexity (OEC) e o Standard International Trade Classification (SITC) serão utilizadas para examinar a natureza dos produtos comercializados entre os países e a balança comercial entre Brasil, Argentina, México e Japão. O período de análise abrange de 1980 a 2022, proporcionando uma visão abrangente das transformações econômicas e comerciais ao longo de quatro décadas.

Palavras-chave: Política Externa; Comércio Exterior; América Latina-Japão.

ABSTRACT

This monograph examines the complex political and economic dynamics between Japan and Latin America over 40 years, considering the transition to a new model of the international monetary system after the decline of the Bretton Woods System, led by the United States after the World Wars. With the collapse of Bretton Woods in the 1970s, significant challenges emerged for international economic policy, including the rise of competitors such as Japan and Germany. International Relations authors, such as Robert Gilpin and Paul Kennedy, predicted Japan's rise as a new hegemony, which did not materialize due to the continued influence of the United States, the end of the Cold War, and internal problems in Japan, culminating in the economic bubble of 1991 and decades of stagnation. From the 2000s onwards, China's economic rise once again changed the international order, presenting new challenges for Japanese foreign policy. Meanwhile, in Latin America, the transition from authoritarian regimes to democracies at the end of the Cold War was accompanied by neoliberal reforms aimed at stabilizing economies affected by external debt crises, stemming from increased interest rates by the United States. Thus, the relationship between Japan and Latin America, especially with Brazil, Mexico, and Argentina, is marked by a dynamic of economic interdependence, where Japan has been an important trading partner for these countries, importing primary products and exporting high-value-added manufactures. Brazil, in particular, stands out as home to the largest Japanese community outside Japan, driving significant cultural exchange and establishing lasting historical and economic ties. Therefore, this study aims to explore Japan's trade relationship with Latin America, focusing on the three largest economies in the region by GDP: Brazil, Mexico, and Argentina. The research analyzes how these countries positioned themselves in the International Division of Labor and the main domestic and international events that influenced their economies and trade with Japan. Thus, the methodology adopted includes a comprehensive literature review and a qualitative analysis of quantitative data. For this, sources such as the Observatory of Economic Complexity (OEC) and the Standard International Trade Classification (SITC) will be used to examine the nature of the products traded between countries and the trade balance between Brazil, Argentina, Mexico, and Japan. The analysis period covers from 1980 to 2022, providing a comprehensive view of economic and trade transformations over four decades.

Keywords: Foreign Policy; Foreign Trade; Latin America-Japan.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
1 MUDANÇA SISTÊMICA: O PAPEL DO JAPÃO FRENTE A ASCENSÃO CHINESA	4
2 PERSPECTIVA DA AMÉRICA LATINA FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES SISTÊMICAS	12
2.1 RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL, ARGENTINA, E MÉXICO COM O JAPÃO	18
2.1.1 BRASIL	18
2.1.2 ARGENTINA	25
2.1.3 MÉXICO	31
3 RESULTADOS	37
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura I - Símbolos Gráficos

Gráfico I - Evolução de exportações para a China de acordo com a natureza tecnológica (em milhões de US\$)

Gráfico II - Evolução das importações da China de acordo com a natureza tecnológica (em milhões de US\$)

Gráfico III - O que o Brasil Exporta para o Japão (1995-2022)

Gráfico IV - O que o Japão Exporta para o Brasil (1995-2022)

Gráfico V - Balança comercial Brasil-Japão (1980-2018)

Gráfico VI - O que a Argentina Exporta para o Japão (1995-2022)

Gráfico VII - O que o Japão Exporta para a Argentina (1995-2022)

Gráfico VIII - Balança comercial Argentina-Japão (1980-2018)

Gráfico IX - O que o México Exporta para o Japão (1995-2022)

Gráfico X - O que o Japão Exporta para o México (1995-2022)

Gráfico XI - Balança comercial México-Japão (1980-2018)

INTRODUÇÃO

Com o declínio do sistema monetário de Bretton Woods, liderado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, testemunha-se desafios crescentes no início da década de 1970, incluindo a ascensão de competidores que cresceram rapidamente sob esse sistema, como Japão e Alemanha. No caso do Japão, nesse contexto de mudanças, alguns autores das Relações Internacionais, como Gilpin e Paul Kennedy, previam a ascensão de um novo *hegemon* no lugar dos Estados Unidos, sendo o Japão apontado como principal candidato. Não obstante, essa nova posição acabou não se concretizando por diversos fatores, em especial pela influência que os Estados Unidos mantinham sobre um sistema monetário criado sob sua liderança e, especialmente, pelo inesperado fim da Guerra Fria em 1989 com a queda da União Soviética, encerrando a geopolítica bipolar do Sistema Internacional. Além disso, o Japão enfrentou dificuldades com a bolha econômica de 1991, duas décadas de recessão econômica, deflação e estagnação econômica, tornando cada vez mais improvável sua ascensão como *hegemon* no Sistema Internacional.

Além disso, já no início do século XXI, o Sistema Internacional passa pelo início de uma nova ordem com a ascensão econômica da China, que se torna um novo pólo de influência. Para lidar com esse novo cenário, os Estados Unidos adotam uma política comercial agressiva com o Japão, que já não se submete às intervenções domésticas dos americanos no país, levantando o dilema de soberania na política externa japonesa. Isso evidencia um mundo onde os países se encontram cada vez mais interdependentes, e há uma maior convergência das políticas econômicas domésticas, afetando a capacidade dos países em controlar suas políticas internas conforme seus interesses soberanos.

Quanto à região da América Latina, os países enfrentaram uma onda de regimes autoritários durante a Guerra Fria e, com o seu fim, passaram por uma série de reformas neoliberais para lidar com a crise da dívida externa, especialmente no momento em que os Estados Unidos aumentaram as taxas de juros para lidar com a inflação. No entanto, o desenvolvimento esperado sob os moldes neoliberais não trouxe satisfação para seus governos: junto com o crescimento econômico da China e da Índia, os países latino-americanos experimentaram mudanças abruptas nos regimes políticos, renovando-se em meio a um ambiente econômico mais favorável e adotando novos paradigmas originados no Sul. Mesmo com essas mudanças, a região continua sendo uma grande exportadora de produtos primários, reafirmando seu papel na Divisão Internacional do Trabalho para suprir a demanda de insumos das indústrias dos países industrializados do Norte. Para manter esse modelo, os países da região mantêm uma política hiper produtivista para superar os débitos no comércio internacional, uma

vez que os produtos possuem baixo valor agregado quando comparados com as manufaturas de alto valor agregado dos países industrializados. Assim, mesmo com as novas dinâmicas do Sistema Internacional, a representação da América Latina no comércio internacional se mantém.

Sob essa conjuntura, destaca-se a notória escassez de pesquisas que abordam a complexa dinâmica das Relações Internacionais entre o Japão e a América Latina, havendo uma lacuna significativa na análise das relações políticas e econômicas entre essas regiões. É sabido, ainda, que as Américas, especialmente o Brasil, são uma das maiores regiões receptoras da imigração japonesa desde o início do século XX, destacando-se como lar da maior comunidade japonesa fora do Japão. Apesar de na atualidade o maior foco de estudos da política externa e comércio internacional circundam a questão da China e a nova ordem internacional, é fundamental reconhecer o significado das relações entre Japão e América Latina, contendo uma representativa imigração japonesa que impulsionou o intercâmbio cultural entre as nações, além de estabelecer laços históricos, políticos e econômicos. Assim, é de suma importância investigar as dinâmicas históricas dessas relações que podem influenciar no futuro a cooperação e interação entre Japão e América Latina.

Portanto, almeja-se por meio de uma pesquisa explicativa compreender de forma mais clara a relação comercial do Japão com a América Latina e o papel desses países na Divisão Internacional do Trabalho, sobretudo, utilizando como amostra as três maiores economias da região conforme o PIB - Brasil, México e Argentina, além dos principais eventos (domésticos ou internacionais) que afetaram suas economias e o comércio com o Japão, abordando a política econômica internacional da época. Assim, para o presente trabalho, julga-se a revisão bibliográfica como a metodologia mais qualificada para o propósito, envolvendo análise da literatura já existente sobre o tema; e a análise de dados numéricos de modo qualitativo, o que implica examinar esses dados para entender a dinâmica das relações comerciais do Japão com as três economias da América Latina ao longo do período de 1980 a 2022. Quanto à análise, a principal fonte determinada para a análise reside na base de dados da *Observatory of Economic Complexity* (OEC) conforme o *Harmonized System* (HS) de 1995-2022, uma nomenclatura internacional padronizada para classificação de mercadorias, propiciando a análise da natureza dos produtos comercializados entre os países e, posteriormente, a balança comercial do Brasil, Argentina e México com o Japão. A análise da balança comercial, por sua vez, terá como base de dados o *Standard International Trade Classification* (SITC) de 1980-2018, uma estrutura de classificação das Nações Unidas para categorizar produtos nas estatísticas de comércio internacional, criada para facilitar a análise e comparação de comércio entre diferentes regiões do mundo.

Para isso, a presente monografia se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo “Mudança Sistêmica: O Papel do Japão frente a Ascensão Chinesa” será contextualizado a conjuntura transformadora do Sistema Internacional com o fim do sistema Monetário de Bretton Woods, os fatores que culminaram para a não concretização do Japão ultrapassar os Estados Unidos e a Política Externa japonesa frente as adaptações circunstanciais demandadas, sobretudo, pela ascensão chinesa. Seguindo, no segundo capítulo “Perspectiva da América Latina Frente às Transformações Sistêmicas” há de ser abordado as implicações do capitalismo financeiro para a América Latina, o qual precede o declínio de Bretton Woods, e como a região lida com as novas dinâmicas. O capítulo se divide em uma subseção para se realizar a análise da relação comercial do Brasil, Argentina e México com o Japão, sendo cada país seccionado em uma nova subseção. Por penúltimo, no capítulo três é realizado um resumo sobre os resultados da análise, seguido de uma conclusão sobre as implicações do comércio entre as regiões. Por último, é realizado algumas considerações finais sobre a monografia como um todo, refletindo sobre o papel da América Latina na estratégia japonesa ao longo das necessidades de adaptações globais.

1 MUDANÇA SISTÊMICA: O PAPEL DO JAPÃO FRENTE A ASCENSÃO CHINESA

O final do século XX e início do XXI foram marcados por transformações políticas profundas que redefiniram a dinâmica internacional. O colapso da União Soviética, a estagnação econômica do Japão, a reunificação da Alemanha após a queda do Muro de Berlim - elevando-a novamente ao status de potência dominante na Europa - e, sobretudo, a ascensão da China e da Ásia-Pacífico no Sistema Internacional foram eventos de destaque nesse período. Além disso, houve um rápido desenvolvimento tecnológico, especialmente na comunicação e informação, e uma redistribuição do poder econômico do Ocidente industrializado para as economias em rápido crescimento na Ásia-Pacífico, como Japão, China e Coreia do Sul. Essas mudanças, aliadas à brusca queda da taxa de natalidade nos países industrializados e ao aumento nos países em desenvolvimento, levaram à interpretação de uma "Segunda Grande Era do Capitalismo Global", conforme postulado pelo economista David D. Hale e explicitado pelo cientista político Robert Gilpin em suas análises. Nesse contexto de mudanças, Gilpin analisou durante a crise do sistema monetário de Bretton Woods as suas possíveis implicações na reformulação do Sistema Internacional na década de 1980, a exemplo, o posicionamento do Japão como novo *hegemon*. Contudo, o inesperado fim da União Soviética em 1989 representou o término do polo socialista conflituoso com os Estados Unidos, o que possibilitou o país se reposicionar como superpotência e liderar a condução das mudanças para uma ordem internacional mais liberal. Assim, após a Guerra Fria, os Estados Unidos adotaram uma postura comercial agressiva com o Japão, o qual já não aceitava tão passivamente a liderança americana, gerando debates na política externa japonesa sobre sua própria soberania. Ademais, Gilpin observou que desde as guerras mundiais, os pilares da economia internacional têm sido a liderança dos Estados Unidos e a tendência europeia e japonesa de segui-la para alcançar sucesso econômico que, sem ele, essas regiões não teriam alcançado o êxito que conquistaram (GILPIN, 2002, p. 19-24).

Sob esse contexto, ainda sob as palavras de Gilpin, a liberalização comercial e a reorganização dos polos industriais levou ao surgimento de novos poderes nesse setor e, conseqüentemente, à desaceleração econômica global. O autor discursa, então, que a partir dessas transformações no Sistema Internacional, cria-se um excesso da capacidade de produção global em diversos setores econômicos, o que a vertente marxista define como “subconsumo”, condição em que a capacidade de produção de uma economia excede a capacidade de consumo da população. Assim, Gilpin estabelece uma posição pessimista, afirmando que o choque entre capitalismo e comunismo após o fim da Guerra Fria acaba sendo substituído pelo conflito entre

formas distintas de capitalismo e sistema sociais, os quais são representados por blocos econômicos regionais e, seus interesses, são determinados principalmente por fatores econômicos (GILPIN, 2002, p. 43-53).

Mesmo com a desaceleração comercial global, após os anos 2000, o mundo se depara com o crescimento econômico acelerado de um país do continente asiático, a China, o que causou e, ainda causa, receio para a hegemonia dos Estados Unidos, sobretudo, pelo ressurgimento de um país socialista poderoso. A entrada relevante da China da periferia para o centro inaugura um novo período da projeção chinesa no Sistema Internacional, como discorre Paulo Fagundes em 2011. Sob a perspectiva do autor, a economia chinesa e sua diplomacia estabelecem relações próximas com os países da periferia em desenvolvimento, se diferenciando do caminho que o Japão teve após o período colonial. Durante a invasão e controle europeu pelo mundo, a Ásia presenciou um período de estagnação e retrocesso, com uma única exceção, o Japão, que se tornou uma nação militarista e que tinha ainda submetido seus vizinhos ao imperialismo de sua nação militarizada (FAGUNDES, 2011).

Com o fim da Segunda Guerra e a situação devastadora em que o Japão se encontrava, o sucesso da reconstrução e industrialização do país, assim como a ascensão dos Tigres Asiáticos, integram a região asiática à esfera de influência dos Estados Unidos. No momento da Guerra Fria, essa divisão se acentuou ainda mais com a China alinhada ao bloco socialista e sob o poder de Mao Zedong, o que acabou mudando na década de 1970. Nesse período, com o desgaste da relação chinesa com a URSS, China e Estados Unidos encontram um ponto de interesse em comum na aliança antissoviética, dando fim ao isolamento diplomático chinês e lhe assegurando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, normalizando as relações chinesas com outras nações. A mudança de poder, portanto, para Deng XiaoPing também trouxe novas perspectivas para a China, principalmente no que diz respeito a primazia de benefícios econômicos e estratégicos para o país, adotando a construção de ZEE (Zonas Econômicas Especiais), das quais contribuíram para o rápido crescimento econômico e, consequentemente, desmoralizando os Estados Unidos na região (FAGUNDES, 2011).

Dessa maneira, diante do desentendimento ideológico do socialismo chinês com o regime da União Soviética, Deng XiaoPing definia o socialismo com características chinesas, enfatizando, principalmente, a política de reformas, tal como na República Popular Democrática da Coreia com o socialismo Juche. Antes mesmo da chegada de Xi JinPing no poder, Deng XiaoPing dá abertura para a “reforma e abertura” como forma de se aproveitar dos conhecimentos e desenvolvimento do mundo capitalista adaptados para o uso chinês, tal como exemplifica Marcos Aurélio da Silva em 2020. É importante citar que, apesar da ascensão

chinesa, não é pressuposto no Sistema Internacional a supressão do imperialismo. Em alusão à conclusão do autor, o socialismo chinês não encontra base de sustentação nos grandes revolucionários do socialismo, nem se trata de uma projeção internacional imperialista do socialismo. Sobretudo, o “socialismo de mercado” chinês é o âmbito ideológico dentro das relações internacionais que abala as relações de força e poder desequilibradas em favor dos Estados Unidos (DA SILVA, 2020).

Por outro lado, no âmbito da economia política internacional, a ascensão chinesa traz à luz o ressentimento de diversas nações asiáticas sobre o passado militarista japonês, o qual submeteu a região a uma série de atrocidades que impactam a boa relação com o Japão até os dias atuais. No ano de 1995, o professor Henrique Altemani de Oliveira se atenta a uma análise a respeito da rivalidade China-Japão sob as perspectivas sino-japonesas com suas estratégias após a Guerra Fria. O autor reflete sobre a importância da balança de poder na região e a visão estadunidense de perigo iminente com a China, da qual juntamente com o tamanho de sua economia, elevados gastos militares e reivindicações territoriais alimentam o discurso sobre o país como uma ameaça. Além disso, os Estados Unidos implementaram sanções econômicas à China para restringir suas importações, pressionando as nações aliadas a adotarem medidas semelhantes, como é o caso do Japão. Isso resultou em um dos poucos déficits na balança comercial japonesa, devido à limitação das exportações para a China, que, por sua vez, manteve seu fluxo de importação de produtos chineses. (DE OLIVEIRA, 1995, p. 1-10).

Dessa maneira, a mudança do Sistema Internacional pela ascensão da China marca grandes transformações nas relações internacionais dos países. O ponto peso da presença chinesa remonta ao inimigo ideológico dos Estados Unidos, a URSS, e a presença militar estadunidense na Ásia põe em questão a segurança da região, os interesses e a relação entre os atores, a exemplo, o Japão, aliado direto dos Estados Unidos que se coloca como um assegurador da presença estadunidense no Leste asiático. Consequentemente, as relações dos países asiáticos com o restante do mundo também acabam sendo afetadas pela questão de competição comercial, onde o mercado chinês se alicerça diretamente com os países emergentes do mundo todo. Como caso específico a ser analisado, os países latino-americanos que outrora tinham como principal parceiro comercial os Estados Unidos, agora, possuem como principal parceiro comercial a China.

Para entender como o Japão se posiciona diante das mudanças internacionais, é preciso abordar os principais elementos constituintes de sua política externa, bem como a história do país. Assim, em termos da política externa japonesa, o ex-diplomata japonês, Yutaka Kawashima, aponta que a política externa do país procura desde a Segunda Guerra proteger sua

seguridade e possíveis revoluções, além das crises internacionais e do Leste asiático. A política doméstica japonesa é caracterizada pela quase imponente do Partido Liberal Democrata (PLD) criado em 1955, governando por longos períodos por se constituir como um partido de forte liderança, estável e com ótima capacidade de adaptação. Assim, desde a Segunda Guerra, a política externa do Japão enfrenta um forte debate sobre como manejar a subserviência aos Estados Unidos e sua antiga história imperialista na Ásia. Nesse sentido, antes do país ter se beneficiado do sistema monetário de Bretton Woods, os EUA não queriam que o poderio militar japonês fosse reestruturado pelo fato do Japão ter se sido um aliado ao Eixo na Segunda Guerra Mundial. Contudo, os Estados Unidos acabam reconhecendo a necessidade do fortalecimento japonês sob sua assistência frente a expansão da União Soviética, logo, é estabelecido o Plano Dodge, também reconhecido como Plano de Reestruturação Econômica para o Japão no ano de 1949, além do Acordo de Paz de São Francisco e do Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA, os quais estabelecem uma relação bilateral desigual com o país ocidental. O plano de reconstrução, além disso, vai além do setor econômico, com investimento direto na recuperação militar japonesa com a *Japanese Self-Defense Force*, que renuncia por meio da constituição japonesa o direito de guerra e proíbe o uso da força militar como meio para resolver disputas internacionais. Como trauma da devastação após a Segunda Guerra, Kawashima afirma que o povo japonês possui a noção inversa de democracia e militarismo – quanto maior o militarismo, menor a democracia e maior sujeição a guerra (KAWASHIMA, 2005, p. 4-11).

Sendo assim, ainda sob a contextualização histórica de Kawashima, o Japão lida, portanto, com o dilema de manejar uma era tida como passada de subserviência aos Estados Unidos, além do reconhecimento da necessidade de uma boa diplomacia com os países asiáticos que sofreram sobre seu império militarista, como a China, o que demanda a superação dos impasses históricos para se construir uma boa relação. Por esse motivo, para criar um ambiente político mais favorável, o Comitê para Mudança do Ministério das Relações Exteriores do Japão argumenta que o Primeiro-Ministro deveria tornar público todas suas análises e conclusões antes de que uma atitude de política externa fosse tomada, ou seja, suprir a crescente demanda interna e internacional de transparência. Porém, o comitê acaba testemunhando uma crise de legitimidade do PLD dentro do Japão, pois as dificuldades econômicas prolongadas do país desde os anos 1990 tornaram o público mais ressentido, principalmente com a subserviência aos Estados Unidos, à China e indulgente com ambas as coreias (KAWASHIMA, 2005, p. 11-21).

A frustração japonesa decorre das dificuldades de crescimento nos anos 1990 que precedem o imponente crescimento econômico da década de 1980, em que já no início dessa

década o Japão se estabelecia como a segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, fruto da assistência direta para reconstrução da nação no Leste asiático. Contudo, o sistema monetário de Bretton Woods, construído sob liderança estadunidense no pós-guerra, entra em declínio com a crescente inflação dos Estados Unidos nos anos 1960, ocasionando o questionamento sobre a valência do dólar ser a principal moeda de reserva global. Por esse motivo, com o enfraquecimento do poder estadunidense no Sistema Internacional, alguns autores das Relações Internacionais tinham a interpretação de que o Japão se estabeleceria como novo *hegemon*. Autores como Paul Kennedy, historiador britânico que enfatizava a relação do poder econômico com a ascensão e queda das grandes potências, e o cientista político Robert Gilpin, tinham a interpretação de que o Japão viria a tomar a posição estadunidense, o que acabou não se concretizando com o fim inesperado da Guerra Fria em 1989 e a seguinte recuperação dos Estados Unidos sobre a crise. Entretanto, a não concretização da predição de Kennedy e Gilpin decorre também de alguns eventos domésticos que impediram de o Japão tomar esse posto, como a bolha econômica de 1991, recessão econômica, aumento da deflação e a estagnação econômica. Antes de abordar os elementos domésticos no Japão que enfraqueceram o país e não levasse a concretização das predições dos autores, é importante mencionar a década do rápido crescimento japonês de 1980, a qual antecipa a “década perdida” de 1990, que será abordada posteriormente.

Portanto, os autores Januário Espíndola e Paulo Vergara analisam em 2007 o motivo desse rápido crescimento econômico japonês, ressaltando o elemento principal: a revolução tecnológica, que por meio da importação de tecnologia avançada possibilitou o superávit na balança comercial de curto prazo. Com a Guerra da Coreia em 1950, os Estados Unidos cooperaram diretamente para a recuperação econômica japonesa, em que todo o fornecimento de suprimentos era produzido pelas próprias fábricas japonesas financiadas por capital norte-americano, o que se tornaria a base de toda a economia do país mais futuramente, pautada no corporativismo e no patriarcalismo oriental. A partir da década de 70, o país passou a lidar com o problema da alta inflação e a primeira e segunda crise do petróleo, que por meio da política de incentivo às exportações de alto valor agregado de tecnologia a economia conseguiu lidar bem com o aumento dos preços. Como lição, o Japão diversificou sua matriz energética e, na década de 80, é marcado como forte fase de liberalização financeira com alta entrada de capital estrangeiro no país, o elevando para o posto de maior credor líquido do mundo, se beneficiando dos déficits comerciais dos Estados Unidos na década. Todavia, de modo a lidar com os déficits na balança comercial, os Estados Unidos pressionam para que o Japão apreciasse o iene frente ao dólar, ato denominado *endaka* (円高 – traduzido como “iene caro” ou “alta do iene) e, em

1985, o Acordo de Plaza dividiu o Sistema Monetário em três moedas, o iene, o dólar e o marco alemão. Como consequência para o Japão, houve significativa redução de lucratividade e da competitividade dos produtos japoneses à exportação, freando a estratégia do pós-guerra de crescimento pautado nas exportações. Portanto, como o iene se tornou uma moeda cara e todo o processo produtivo, conseqüentemente, também se encarece, a solução foi a divisão de algumas etapas de produção para os países da ASEAN, chegando a aumentar em mais de 200% os investimentos diretos na região (ESPÍNDOLA, *et al*, 2007, p. 4-6).

Conseqüentemente, em termos macroeconômicos, o Japão reduziu sua taxa de juros básica para estimular o consumo e investimento, porém, iniciou-se um processo especulativo no mercado imobiliário e acionista, em que o capital das poupanças se desviara para esses mercados que, frente a valorização do iene e diminuição das exportações, as elites do país resolveram aplicar seu capital em ativos de menor risco e com retorno de curto prazo, caracterizando o receio japonês em aplicar investimentos que não sejam seguros. A partir dos anos 90, o objetivo da política econômica que caracterizou o país foi a transposição dos efeitos que o estouro da bolha especulativa causou, em que as políticas adotadas para lidar com problema foram as políticas fiscais expansionistas para retomar o crescimento anterior. Todavia, mesmo com tentativa de incentivo da demanda doméstica, seguido pela liberalização e desregulamentação, o país sofre com baixo crescimento econômico devido ao baixo nível de investimentos produtivos dos empresários e o rápido envelhecimento da população. Apesar dos problemas, o Japão consegue manter uma sucessiva balança comercial positiva em decorrência dos seus produtos exportados com alto valor agregado, ao passo de que importa produtos de baixo valor agregado, em especial petróleo e minério de ferro (ESPÍNDOLA, *et al*, 2007, p. 6-9).

Já com o estouro da bolha especulativa, a década de 1990 é apelidada de “década perdida” pelos economistas Fumio Hayashi e Edward C. Prescott que, no ano de 2001, analisam alguns elementos domésticos adicionais para a causa da crise no Japão e a estagnação econômica. Apesar do grande crescimento econômico na década de 80, na década de 90 parte do motivo dessa desaceleração do crescimento se dá pela queda no crescimento da produtividade total dos fatores de produção, a qual dos anos 1983-91 correspondia a uma média de 2,4% e, no período de 1991-00, essa média caiu para 0,2%. Outra razão apontada pelos autores é da redução na semana de trabalho no período de 1988-93 por meio de um decreto do governo, em que a semana de trabalho diminuiu de 44 horas para 40 horas, além do número de feriados nacionais aumentar. Ademais, o país teve que lidar com o aprofundamento do capital à medida em que a taxa de retorno diminuiu mais de três pontos percentuais na década de 1990,

juntamente com a diminuição da participação em investimentos domésticos. Portanto, o problema se centra no baixo crescimento da produtividade, sendo resultado de políticas que subsidiam empresas ineficientes e indústrias em declínio, pois os produtores ineficientes produzem uma parcela maior da produção, o que desencoraja, também, investimentos que aumentam a produtividade (HAYASHI, *et al*, 2001).

Após o controle da crise no início dos anos 2000 e o rápido crescimento chinês na mesma década, o Japão se posiciona como ator central dentro do Sistema Internacional para a estratégia de influência estadunidense na Ásia. Com base nas entrevistas de Kevin Cooney na década de 1990 e 2000 com os principais tomadores de decisão japoneses, o autor aponta para uma quase unanimidade no propósito “segurança e prosperidade da nação”, apontando este lema como base para a rápida adaptação japonesa às mudanças globais. Durante a gestão de Trump (2017-2021), opositor incisivo da China, a questão de segurança do Japão tem sido um assunto constante, em que o Primeiro-Ministro japonês, Shinzo Abe, reforçou o papel japonês como estabilizador de forças na Ásia frente a China, principalmente no que diz respeito a integração econômica das nações no Pacífico por meio do Acordo Transpacífico (TPP). Por outro lado, o Japão precisou agir com rapidez às mudanças abruptas na liderança do TPP, sobretudo, com a saída dos Estados Unidos, o que levou a renegociação do Acordo e mudança para o *Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* (CPTPP) sob sua liderança. Portanto, a saída americana no ano de 2017 pelo então presidente americano Donald Trump abriu uma oportunidade para o Japão de protagonizar o CPTPP em sintonia com o mundo, o que facilitou a adaptação de suas políticas (COONEY, 2018, p. 24-29).

Assim, a posição internacional do Japão tem se modificado relevantemente desde a década de 1980, sua relação próxima com os Estados Unidos estabelecida através de alianças de segurança e cooperação econômica após a Segunda Guerra Mundial desempenhou um papel crucial para sua posição no Sistema Internacional. Todavia, a ascensão da China como potência econômica e militar na região do Pacífico apresenta um impacto negativo na posição internacional japonesa, o que exige ao Japão que suas estratégias de política externa e segurança fossem retratadas, buscando manter um equilíbrio entre sua aliança com os Estados e o reatamento com a China. Como Gilpin destaca “mais do que qualquer outra coisa é a natureza da sociedade e de suas políticas que determina a posição que ela ocupa na divisão internacional do trabalho”, em que a estrutura do mercado internacional tem mudado rapidamente diante das novas dinâmicas da divisão internacional do trabalho e das posições das economias no Sistema (GILPIN, 2002, p.104).

Portanto, o papel do Japão na região se transforma como assegurador da influência estadunidense na região da Ásia, se caracterizando como o principal parceiro do Ocidente frente ao seu país vizinho com fortes desavenças com os Estados Unidos. Após a Guerra Fria e a sequente estagnação econômica japonesa, o país teve que lidar com o subconsumo dada sua oferta maior do que poderia manter, já que sua economia depende majoritariamente do comércio de bens de consumo duráveis e de alto valor agregado. Mesmo se mantendo como uma das maiores economias do mundo dentro do período de 1980-2022, o crescimento da influência chinesa traz consigo elementos sensíveis sobre o ressentimento das nações asiáticas com o imperialismo japonês, elevando esse pleito também aos demais países da região, principalmente da ASEAN, os quais possuem participação estratégica na cadeia global de valor do Japão e do mundo, pois a política econômica utilizada por muito desses países baseia no *export lead* para aumentar a competitividade internacional e seu crescimento econômico. Assim, é possível afirmar que o papel japonês no Sistema Internacional desde os anos 1980 não se limita a espelhar a influência ocidental na região, mas também requer suprir a demanda da clemência japonesa por esses países para manter uma boa diplomacia com eles, principalmente com a China. Por esse motivo, o Japão redescobre sua “asiaticidade” ao atribuir ênfase crescente ao desenvolvimento de uma economia regional integrada no Pacífico Asiático sob sua liderança, da qual necessita que o Japão estabeleça uma boa relação com os países da região.

2 PERSPECTIVA DA AMÉRICA LATINA FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES SISTÊMICAS

Diante da transformação sistemática liderada pelos Estados Unidos, a América Latina se encontrava com uma nova realidade desafiadora: o aumento das taxas de juros e a explosão das dívidas externas latino-americanas. Essa ação dos Estados Unidos foi motivada pela política macroeconômica de aumento das taxas de juros para desincentivar o consumo, investimento, e empréstimo de créditos, portanto, aliviar as pressões inflacionárias. A autora Rejane Hoeveler, em 2021, destaca o papel da elite privada hegemônica dos Estados Unidos, representada pelo *Council of the Americas* de David Rockefeller, na proposição de planos de contrarreforma neoliberal para os países da América Latina enfrentarem a crise internacional. No entanto, a elevação da taxa de juros teve um impacto direto nos países latino-americanos que já estavam anteriormente endividados em dólares e, com as taxas mais altas, o serviço da dívida tornou-se mais oneroso, contribuindo para a crise da dívida externa na região. A situação se complica ainda mais com as declarações de moratórias de dívidas, que geraram incertezas sobre as relações futuras entre os países das Américas, especialmente entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. Apesar disso, conforme Hoeveler observa, o medo da moratória foi gradualmente substituído pelo receio em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições responsáveis pela negociação das dívidas. Assim, o cenário de caos decorrente das contrarreformas neoliberais intensificou as preocupações dos países latino-americanos em relação ao FMI e às instituições financeiras internacionais (HOEVELER, 2021, p. 231-249).

Assim, observa-se o contínuo crescimento da importância das transações financeiras no mundo, iniciando uma nova fase no Sistema Internacional: o capitalismo financeiro. Sob as palavras de Ricardo Dathein, essa nova fase do capitalismo imporá a “economia globalizada” aos países, o que levaria ao aumento da interdependência e da convergência das políticas econômicas, afetando o âmbito de manobra das políticas econômicas domésticas. Essa realidade, ainda, é sentida tanto para os países subdesenvolvidos quanto pela Europa e Japão, porém, não se aplica aos Estados Unidos, pois suas políticas econômicas nacionais possuem eficácia exagerada ao resto do mundo (DATHEIN, 2003). Desse modo, o aumento da interdependência faz com que o mundo todo sinta de forma interconectada qualquer oscilação nas economias nacionais, principalmente as oscilações dos países industrializados, em que os países emergentes apresentam maiores dificuldades para lidar com momentos de crise.

Sendo assim, diante das instabilidades internacionais, alguns países da América Latina que possuem acesso ao Oceano Pacífico se reúnem em prol da criação de um bloco

comercial, denominado Aliança do Pacífico, numa tentativa de lidar da melhor maneira com os imprevistos do futuro por meio do fortalecimento de suas economias frente a reestruturação da economia mundial e às cadeias de valor desiguais. Apesar das cadeias de valor terem se desenvolvido em regiões específicas (centradas na Europa, América do Norte e Leste asiático) há grande importância na proximidade geográfica dos países parte da Aliança para organizar processos produtivos fragmentados. Todavia, para que o bloco prospere, conforme discussão pela CEPAL, é necessário a interação e fluxo de bens, investimentos, serviços, informações e pessoas (CEPAL, 2014). Essas transformações e vinculações que ocorrem na América Latina, no que lhes dizem respeito, são reflexos da transição da correlação das forças mundiais que, a propósito, abrem espaço para novas estratégias regionais. Por conta do *boom* econômico na Ásia-Pacífico, muitos países têm buscado estabelecer acordos com a China, Japão e Coreia do Sul, ou seja, voltado seus olhares para o comércio com nações do Pacífico em prol do seu crescimento (SALGADO, *et al*, 2015).

Essa nova conjuntura, portanto, abre portas para a discussão a respeito do papel regional do Japão enquanto aliado direto dos Estados Unidos frente ao crescente poder chinês, como cita Salgado e Serrano:

El tercer factor a considerar es que en años recientes han surgido megaproyectos de integración a escala mundial, tales como el Acuerdo de Asociación Transpacífico (tpp), el Acuerdo Transatlántico sobre Comercio e Inversión entre los Estados Unidos y la Unión Europea (ttip) y el proyecto, aún en ciernes, de crear un área integral de libre comercio en Asia Pacífico que podría ser liderada por China (SALGADO, *et al*, 2015, p. 32).

Essa transformação não apenas afeta a região da Ásia Pacífico, mas também a América Latina, uma vez que os Estados Unidos têm sido, tradicionalmente, o principal apoio comercial latino-americano. Portanto, os crescentes volumes de inversão estrangeira chinês têm debilitado a capacidade unilateral de decisão dos Estados Unidos, no qual a interdependência entre China-EUA e o peso maior da China nas Relações Internacionais abrem caminhos para uma nova dinâmica no Sistema (SALGADO, *et al*, 2015).

Quando se discute a respeito das relações comerciais entre da América Latina (abordados aqui: Brasil, Argentina e México) com o Japão, uma das primeiras questões levantadas para debate envolve o desempenho da balança comercial. Como a grande maioria dos países latino-americanos apresentam uma política econômica voltada para a exportação de produtos primários na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), para se ter uma balança comercial favorável por parte dos países latinos é necessário um montante muito maior de

exportação quando se comparado com os países de “Primeiro Mundo,” que exportam produtos de valores agregados muito maiores. Outro tema importante de grande impacto na discussão é a dívida externa dos países da América Latina com o aumento da taxa de juros pelos Estados Unidos nos anos 1980.

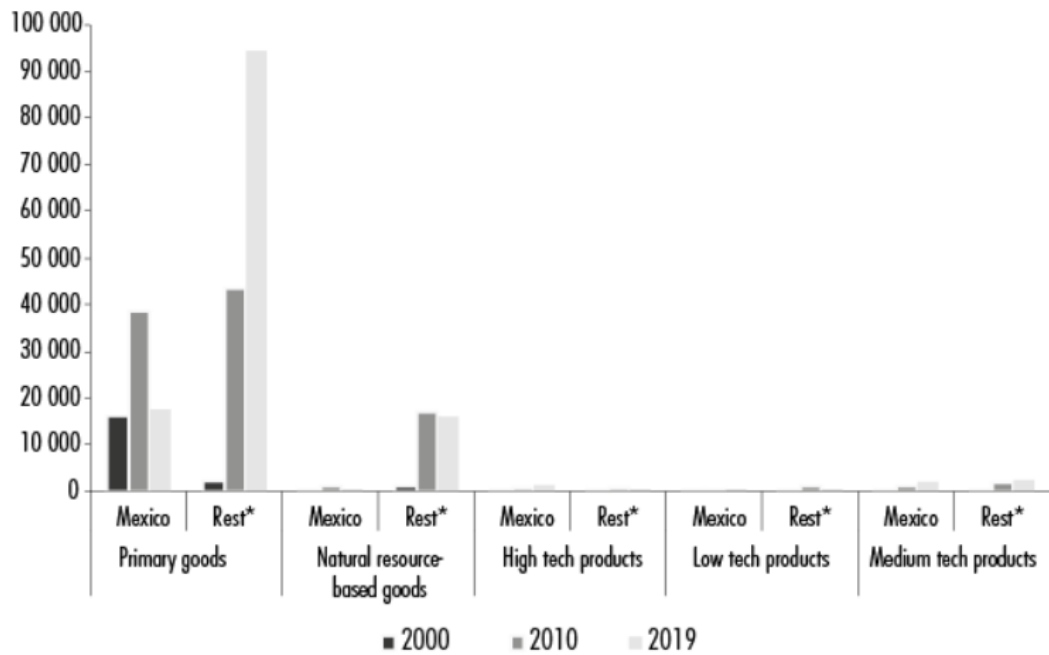
Nesse sentido, em 2017, Carlo Vercellone e Pablo Cardoso, da Universidade de Paris, discorrem a respeito da nova divisão internacional do trabalho e o desenvolvimento da América Latina em seu artigo “*Nueva división internacional del trabajo, capitalismo cognitivo y desarrollo en América Latina*”. Atingido os limites endógenos dos países, principalmente a desigualdade na distribuição de renda, a dependência tecnológica aos países do Norte e os custos crescentes das políticas de substituição de importações de bens de consumo para bens de capital, os países latino-americanos se empenham para estabelecer um modelo econômico exportador e hiper produtivista em resposta a demanda de bens primários dos países industrializados. Nesse sentido, com a rápida liberalização internacional e o paradigma da dívida externa, o Consenso de Washington, na tentativa de amenizar a crise da dívida, estabelece um paradigma em que o desenvolvimento econômico ocorreria de forma espontânea impulsionada pelas interações entre agentes econômicos do mercado mundial e sobre três pilares: austeridade, privatização e liberalização. Com a especialização naquele setor em que cada país é mais forte, o país se tornaria mais eficiente e competitivo, contudo, os autores apontam para a ineficiências dessa política neoliberal de absorver o peso da dívida provocadas pelas dificuldades das políticas de industrialização, se tornando um espiral no que os autores se referem como “espiral perverso do desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Entretanto, com o aumento súbito do preço das commodities no mercado internacional por conta do *boom* econômico da China e Índia, os países da América Latina passam por implosões de regimes políticos renovados em um contexto econômico mais favorável, contando com novos paradigmas gerados a partir do Sul (CARDOSO, *et al*, 2017, p. 37-59).

Com o rápido crescimento chinês e maior participação de exportação de manufatura para terceiros, no ano de 2011 Claudio Montenegro, Mariana Pereira e Isidro Soloaga, do México e Chile, se debruçam a respeito dos efeitos da China no comércio internacional da América Latina. Uma conclusão útil para o campo da presente pesquisa, é de que a China se destacou como um potencial concorrente nos principais mercados de exportação da América Latina, se tornando em 2006 o 2º maior fornecedor de manufaturas para os Estados Unidos e ultrapassando o Japão e México, uma vez que o principal mercado para as manufaturas mexicanas é o mercado estadunidense. Assim, os autores julgam a estrutura de mercado do México como mais próxima à dos países asiáticos, o tornando, por consequência, mais

vulnerável à concorrência chinesa. Sobretudo, quando se versa a respeito da elasticidade renda da demanda da China às exportações dos países latino-americanos, é dito que a elasticidade “é inferior apenas à do leste da Ásia, igual à da Índia, maior do que a do Canadá e, em geral, muito semelhante à dos Estados Unidos e Europa” (MONTENEGRO, *et al*, 2011). Isso implica, portanto, que um aumento na renda da China está associado a um aumento nas exportações da América Latina para a China, o que, em outras palavras, exprime que à medida que a economia chinesa cresce, sua demanda por produtos latino-americanos também aumenta.

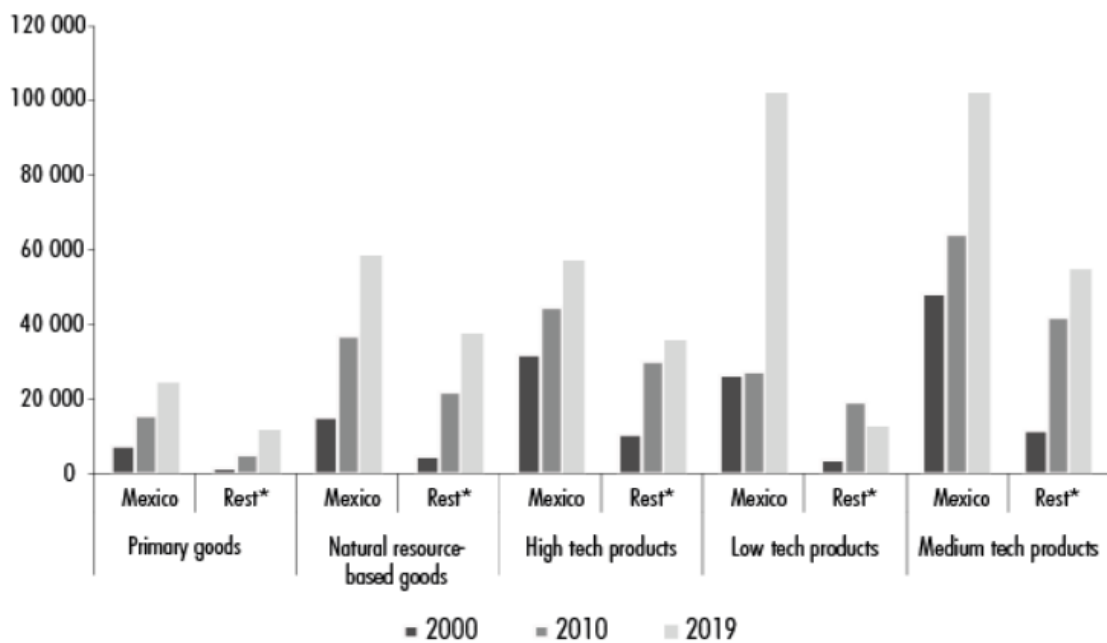
Como conclusão do estudo citado anteriormente, os autores afirmam que não é possível falar de oportunidades perdidas no mercado chinês para a América Latina, visto que, como mercado, os resultados indicam que todos os países da América Latina apresentam para suas exportações elasticidades renda da demanda da China iguais ou superiores às do resto do mundo, com exceção aos países do Leste da Ásia, como o Japão. Em contraposição, Andres Wainer, do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la Argentina* (CONICET) da Argentina, analisa o impacto da emergência chinesa no comércio com a América Latina, em que o motivo do fato de os Estados Unidos continuarem ocupando o topo entre os parceiros comerciais da América Latina se explica pelo vínculo comercial que apresenta com o México pelo *North American Free Trade Agreement* (NAFTA). Wainer, ainda, aponta para a diminuição da participação comercial da América Latina (onde em seu estudo se considera Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru) com o restante do mundo, enquanto o comércio com a China aumentou e, com os Estados Unidos, declinou. Abaixo, é possível elucidar pelo trabalho de Wainer a natureza dos produtos importados e exportados entre China e América Latina baseada no COMTRADE, destacando o México dos demais por considerar um mercado estratégico para China não apenas pelo fornecimento de matérias-primas, mas à posição estratégica que ocupa dentro do NAFTA (2022):

**Gráfico I - Evolução de exportações para a China de acordo com a natureza tecnológica
(em milhões de US\$)**



Fonte: elaborada por Andres Wainer com base no COMTRADE (2022), World Bank (2022), UNCTAD (2022) e WTO (2022).

Gráfico II - Evolução das importações da China de acordo com a natureza tecnológica (em milhões de US\$)



Fonte: elaborada Andres Wainer com base no COMTRADE (2022), World Bank (2022), UNCTAD (2022) e WTO (2022).

Com base nos dados do Gráfico I, é possível aferir que as exportações dos países latino-americanos para a China se concentram, basicamente, em produtos primários, seguindo de uma consideração exportação de produtos de origem natural por parte da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru, sem grande participação comercial do México nesse setor. Além disso, no ano de 2019 é visível um pequeno aumento na participação de exportações de produtos de alta tecnologia para a China, apesar de não atingir nem US\$10.000, segundo de uma pequena participação do México e restante dos países em produtos de baixa e média tecnologia. Desse modo, é possível confirmar que o papel da região América Latina, incluindo Brasil, México e Argentina, foco deste trabalho, se reafirma com a Divisão Internacional do Trabalho como exportador de produtos primários, até mesmo o México que, como supracitado, exporta maiores quantidades de produtos manufaturados para os Estados Unidos e por isso se assemelha mais com os países do Leste Asiático em termos de mercado, porém, se reafirma como exportador de produtos primários para a China. Já em relação ao Gráfico II, as importações de produtos chineses pelos países latino-americanos se configuram em um crescimento contínuo em praticamente todos os setores, mais expressamente de todo tipo de tecnologia: baixa, média e alta. O aumento mais notável está no aumento de importações do México dos anos de 2010-2019 para produtos de baixa tecnologia da China, sendo expressivo, também, o aumento de 2010-2019 para produtos de média tecnologia.

Quanto ao Japão, há uma escassez acadêmica de análise a respeito do comércio bilateral entre as duas regiões. Mesmo que as trocas comerciais entre Japão e América Latina não sejam tão numerosas, elas ocupam um espaço importante para cada região: para os países latinos, os produtos tecnológicos; e para o Japão, suprimentos primários e naturais. Apesar de ser passível de crítica a dependência dos produtos específicos, a balança comercial desse comércio e a Divisão Internacional do Trabalho nessa relação, nas próximas subseções há de analisar o comércio bilateral do Japão com as três maiores economias da América Latina - Brasil, Argentina e México, de modo a destacar a natureza dos produtos comercializados entre si, a balança comercial dessa relação, os efeitos que a ascensão da China propõe para essa relação e os principais eventos nacionais e internacionais que causaram oscilação nos dados.

2.1 RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL, ARGENTINA, E MÉXICO COM O JAPÃO

Analisar as exportações entre as regiões é importante para compreender diversos âmbitos da saúde econômica de um país, identificar as tendências de crescimento ou declínio e a competitividade dos produtos e serviços no mercado internacional. O primeiro país a ser analisado será o Brasil, o maior país geográfico da América Latina e de maior economia, com papel significativo no Sistema Internacional e regional. Os dados foram retirados da OEC (Observatory of Economic Complexity) uma plataforma online que fornece dados e ferramentas para analisar a complexidade econômica dos países e suas relações comerciais com o mundo e desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), nos Estados Unidos. Esse projeto foi liderado por uma equipe de pesquisadores do MIT que unem dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e de bancos de dados nacionais de cada país (OEC, 2022).



Fonte: de elaboração própria.

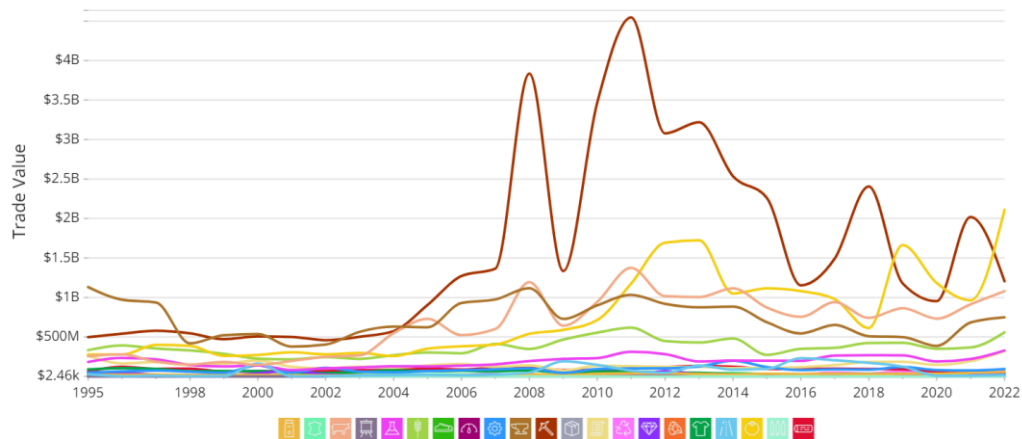
Abaixo, o julgado melhor *dataset* para exibição dos dados foi o HS92 (*Harmonized System* 1992) por apresentar maior abrangência de período, de 1995 a 2022. Apesar do SITC (*Standard International Trade Classification*) envolver o ano de 1962 a 2018, não é possível separar o comércio pela natureza do produto como nos filtros por HS. Por esse motivo, atear-se-á aos dados do SITC para dados da balança comercial.

2.1.1 Brasil

O Japão e o Brasil demonstram a relação mais próxima dentre todos os países sul-americanos, em que ambos os países apresentam simpatia e uma história que se inicia em 1885 com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Gilson Schwartz (1995) enuncia dois pontos principais para a aproximação entre os dois países: carência das instituições

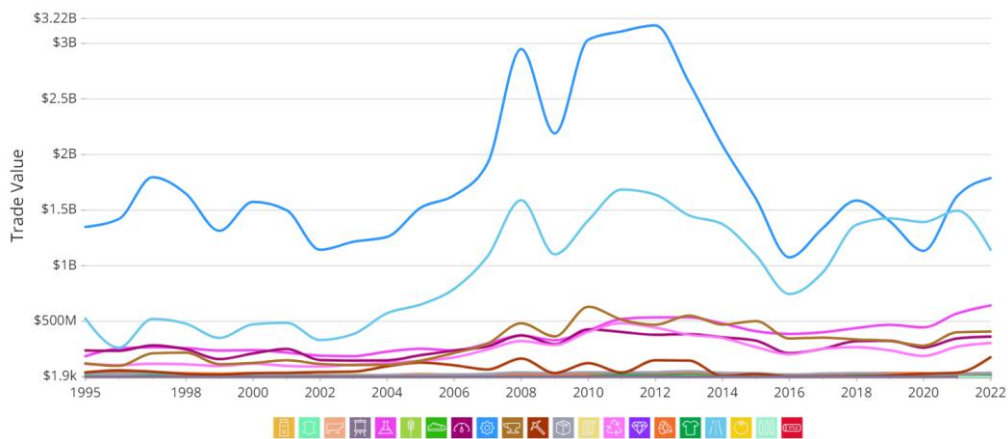
japonesas presentes no Brasil; e um interesse geral de se criar uma ponte entre os dois mundos. Portanto, era necessária uma sociedade integrada com um canal eficaz de compartilhamento de informações para que se pudesse desenvolver, assim, educação e informação para além do desenvolvimento além da fronteira. Para isso, foram criadas a Câmara Japonesa de Indústria e Comércio no Brasil, a qual se estabeleceu mais significativamente no Brasil durante o Milagre Econômico em meio à Ditadura Militar. Conseqüentemente, com o fim do modelo de substituição de importações pela política brasileira para uma abertura ordenada de sua economia frente à globalização, os investimentos da Câmara diminuíram. Em suma, durante a Ditadura Militar brasileira, mais especificamente durante o governo Geisel, o Brasil vivenciou robusta entrada de capital japonês, mas que se tornaram rarefeitos posteriormente (SCHWARTZ, 1995).

Gráfico III – Exportações do Brasil para o Japão (1995-2022)



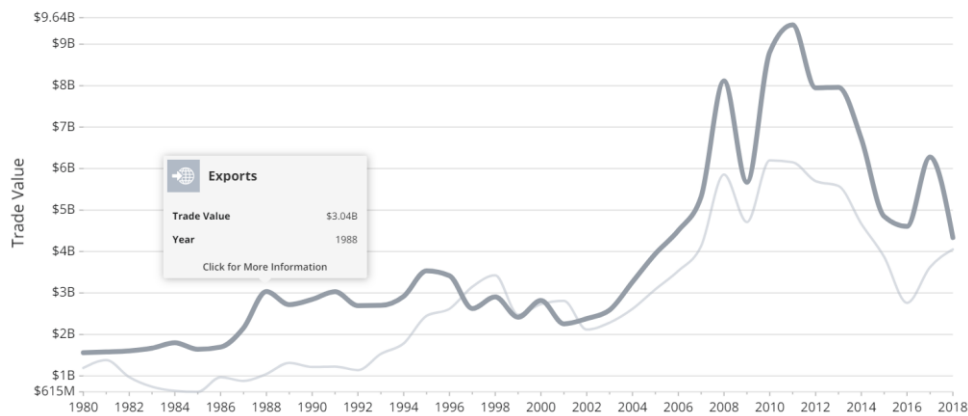
Fonte: HS92 OEC (1995-2022)

Gráfico IV – Exportações do Japão para o Brasil (1995-2022)



Fonte: HS92 OEC (1995-2022)

Gráfico V - Balança comercial Brasil-Japão (1980-2018)



Fonte: SITC OEC (1980-2018)

Em termos bilaterais, o Japão é o 6º maior parceiro comercial do Brasil, apresentando uma balança comercial favorável para o Brasil, segundo o *World Integrated Trade Solution* (WITS). No caso do Japão, seus principais parceiros comerciais se baseiam na China, Estados Unidos e países da ASEAN (WITS, 2022).

Conforme Gráfico III, o principal produto exportado do Brasil para o Japão são minérios que, conforme dados disponíveis na OEC, são constituídos respectivamente por minério de ferro, caulim, minério de cobre e petróleo bruto. Seguindo, a maior participação na exportação no que tange a natureza dos produtos é são os vegetais, principalmente café, milho, soja e em menor quantidade outros vegetais. De modo aproximado aos produtos vegetais se encontram os produtos de animais, principalmente carne de aves, seguindo em menor quantidade crustáceos, porco, e produtos farmacêuticos derivados de animais. Além disso, como participação relevante, tem-se o comércio de metais, principalmente alumínio bruto, ferroligas, níquel bruto, ferro gusa e ferro laminado. Em menor quantidade, também são comercializados entre os países produtos alimentícios, químicos, transporte, máquinas e madeira (OEC, 1995-2022).

Já com base nos dados do Gráfico IV, os produtos que o Japão exporta para o Brasil consistem, em grande maioria, de máquinas, principalmente peças de veículos, carros, maquinário industrial específico, circuitos, aceleradores, motores de pistões e equipamento elétrico para automóveis. O segundo tipo de produto mais exportado do Japão para o Brasil se encontra os produtos de comunicação (TI) como peças telefônicas, microcircuitos eletrônicos, maquinário elétrico, computadores e suas peças, microfones e câmeras. Em terceiro lugar, estão produtos da área da saúde, como equipamentos médicos especializados, polímeros acrílicos e filmes fotográficos. Muitas fábricas japonesas nesse ramo estão presentes no Brasil, como Toyota, Honda e Nissan na indústria de carros; e a Panasonic no ramo de eletrônicos. Contudo,

algumas empresas japonesas deixaram o Brasil desde 1980, sendo a mais recente a saída da Sony no Brasil pela dificuldade com a competitividade com os produtos do ramo eletrônico no Brasil. A Sanyo, também fábrica de eletrônicos, encerrou suas atividades no Brasil em 2013; a Sharp, uma fábrica de televisores, encerrou suas atividades em 2017; e a Yamaha, em 2002, encerrou suas atividades de fábrica em eletrodomésticos no Brasil. Todas essas empresas que encerraram suas atividades no Brasil estavam localizadas na Zona Franca de Manaus (ZFM) evidenciando um processo acelerado de desindustrialização do Brasil e fuga de capital industrial estrangeiro.

A respeito desse processo, Wilson Cano do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico da UNICAMP, apontou cinco principais razões por esse processo: i. política cambial valorizada desde o Plano Real, que dificulta a competitividade da indústria nacional no mercado internacional; ii. Abertura comercial desregulada, em que desde 1989 o Brasil passa por uma abertura comercial desregrada, o que reduz a proteção da indústria nacional frente à concorrência estrangeira, exacerbando os efeitos negativos do câmbio valorizado; iii. Taxa de juros elevada, que desestimula os investimentos produtivos na indústria, pois os empresários preferem aplicar seu capital em atividades mais rentáveis e seguras; iv. Diminuição do investimento direto estrangeiro, por motivo a perda de competitividade da indústria brasileira e o deslocamento de investimentos estrangeiros para países com mão de obra mais barata e câmbio desvalorizado; e v. Desaceleração da economia mundial desde 2007 com a crise dos Estados Unidos, que afetou negativamente as exportações brasileiras e aumentou a concorrência internacional (CANO, 2012).

Antes de partir para a política cambial e suas implicações de valorização e desvalorização, é importante primeiro comparar a competitividade do preço entre Japão e Brasil. Portanto, quando se há uma valorização do Real em relação ao Iene, os produtos brasileiros ficam mais caros para os japoneses, tonando as exportações brasileiras menos competitivas, porém, as importações do Japão se tornam mais baratas para os brasileiros, aumentando a competitividade dos produtos japoneses no Brasil. Em contrapartida, caso haja uma desvalorização do Real em relação ao Iene, os produtos brasileiros se tornam mais baratos para exportação ao Japão, enquanto as importações do Japão ficam mais caras para o Brasil.

Como parte da análise, a política cambial valorizada, a abertura comercial desregulada e a taxa de juros elevada no Brasil contribuem para a perda de competitividade da indústria nacional, afetando suas exportações e, conseqüentemente, seu comércio no Japão. Além disso, a diminuição do investimento direto estrangeiro no Brasil devido à perda de competitividade da indústria nacional também pode impactar as relações comerciais com o país, já que as

empresas japonesas tendem a buscar outros mercados mais seguros e certos, principalmente durante o delicado momento brasileiro do impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. Ademais, com o Plano Real em meados da década de 1990, a moeda brasileira se mantém valorizada, diminuindo a competitividade dos produtos da indústria nacional com o estrangeiro, sobretudo, com a ascensão da China.

Apesar dos crescentes gastos do comércio entre as duas nações, é perceptível um declínio do comércio total entre os anos de 2008 e 2009 em função da crise financeira de 2007-2008 iniciada pela especulação imobiliária nos Estados Unidos e consequente quebra de bancos tradicionais, como o Lehman Brothers, Bank of America e Washington Mutual. Nesse sentido, Martin Sommer aponta em seu artigo *Why Has Japan Been Hit So Hard by the Global Recession?* o motivo pelo qual o Japão sofreu tanto impacto sobre a crise de 2008. Portanto, a economia japonesa sofre, principalmente, com a queda da demanda global por manufaturados complexos, como veículos automotores, tecnologia da informação e bens de capital, dos quais possuem uma participação enorme sobre a economia japonesa. Juntamente com o agravamento da situação financeira doméstica que aprofundaram a recessão ao reduzir a demanda doméstica, sobretudo, do investimento empresarial japonês, o país teve que lidar com os altos estoques acumulados em suas empresas. Ainda pautado nas palavras do autor, a produção e as exportações do Japão entraram em colapso e o PIB real caiu 12,1% em taxa anualizada no quarto trimestre de 2008, sendo que as exportações contribuíram 10 pontos percentuais para essa queda brusca. Assim sendo, o setor de comércio automotivo representa uma grande parcela das exportações japonesas, sobretudo para os Estados Unidos, no qual as exportações japonesas de automóveis para os EUA despencam 75% (SOMMER, 2009).

Juntamente com a crise, a valorização do iene em cerca de 30%, o aumento da rigorosidade para tomada de empréstimos e o aumento da taxa de juros causaram o enfraquecimento da demanda doméstica do Japão, sobretudo do investimento empresarial. Os japoneses Masahiro Kawai e Shinji Takagi da *Asian Development Bank Institute* (ADBI) apontam diretamente para a dependência de mercado para os Estados Unidos e Europa Ocidental, mais especificamente para o aumento da dependência comercial do Japão desde os anos 2000, onde se evidencia o aumento da relação exportação para produto interno bruto e diminuição da participação do setor não comercializável, tornando o Japão um país ainda mais vulnerável para qualquer choque de demanda externo. Além disso, mais de 90% das exportações japonesas consistem em suprimentos industriais altamente elásticos à renda e de bens de capital duráveis de consumo, enfatizando a vulnerabilidade e dependência japonesa do mercado externo, sobretudo, dos Estados Unidos e Europa (KAWAI, *et al*, 2009).

O período da crise de 2008 no Japão esclarece, em analogia aos Gráficos III, IV e V e a discussão aqui proposta, o forte impacto da vulnerabilidade ao mercado externo japonês. Dessa maneira, com a recessão do período, houve uma grande redução da demanda doméstica com menos consumo e investimento interno, o que diminuiu a necessidade de importação e, não apenas, a indústria japonesa lida com o colapso da produção industrial, experienciando uma queda da necessidade de matérias-primas e insumos importados. Conjuntamente, com a valorização do iene sobre as moedas estrangeiras as importações se tornam mais caras para o Japão, causando uma queda repentina nas importações de matérias-primas e insumos dos países aqui apresentados.

Apesar do rápido crescimento do comércio japonês com o Brasil no ano de 2010, é perceptível uma contínua queda da importação do Japão por produtos brasileiros, principalmente de minério e vegetais, respectivamente. Como discutido anteriormente, os países mais afetados pela crise de 2008 tendem a ressoar suas consequências por mais tempo, segundo Masahiro Kawai e Shinji Takagi, como supracitado. Em convergência, em 2016, Marcos Antonio Macedo Cintra, técnico de planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), discursou sobre os desafios da economia internacional após a crise financeira de 2008. O autor se debruça sobre a baixa taxa de crescimento global, seguida de instabilidade financeira e tendência à deflação por efeito ao excesso de oferta de produtos e capacidade ociosa em vários países manufatureiros (CINTRA, 2016).

Sobretudo, continuando sobre o raciocínio do IPEA, os países desenvolvidos apresentam dificuldade de crescimento mesmo aplicando políticas monetárias mais agressivas. No que tange as economias emergentes, no qual se enquadram Argentina, Brasil e México, acabam sendo impactadas pela desaceleração da China e na queda do preço de commodities, além de lidar com a volatilidade nos mercados financeiros, resultando em recessão ou baixo crescimento econômico. Ademais, diante desse cenário de instabilidade aos países emergentes, o autor cita:

[...] cresce o risco de uma desaceleração nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, desencadeada pelas perspectivas de alta das taxas de juros americanas (em dezembro de 2015, a taxa básica foi elevada em 0,25%) e de valorização do dólar. Assim, a deterioração dos mercados financeiros, os impactos da desaceleração na China, a queda do preço das *commodities*, sobretudo do petróleo, no início de 2016, introduzem o risco de uma nova recessão global. A Grande Recessão, como tem sido denominada a dinâmica da economia mundial desde a crise financeira sistêmica de setembro de 2008, deve se prolongar ainda mais, revelando-se mais longa do que muitos poderiam imaginar (CINTRA, 2016).

Assim, ainda com as cicatrizes da crise financeira de 2008, a economia global tenta se recuperar do estouro da especulação imobiliária estadunidense. Todavia, surgem outros impasses mais particulares para a recuperação genuína desta crise, no caso, para o Japão. Fatores como a crise da zona do Euro, o iene forte que enfraqueceu as exportações (e consequentemente seu lucro) e a disputa diplomática com a China se estabelecem como entraves para a economia japonesa, contando ainda com o desastre do tsunami de 2011.

No que diz respeito à crise do Euro, este problema é resultado acumulado desde sua concepção em 1999, sendo abordado no *2012 Global Trade and Investment Report* da *Japan External Trade Organization* (JETRO) os riscos globais do ano, incluindo a crise do Euro. Com a introdução do euro aumenta-se os desequilíbrios na conta corrente da zona do euro, em que países do sul da Europa, com baixa competitividade, acumularam déficits na conta corrente por conta do consumo excessivo incentivado pelas baixas taxas de juros. Enquanto isso, países do norte, como Alemanha e Países Baixos, viram seus superávits crescerem devido às exportações para o sul. Isso resultou em um aumento dos influxos de capital para o sul, principalmente em investimentos em títulos, até 2009. No entanto, a partir de então, os investidores estrangeiros começaram a retirar seus investimentos devido a preocupações com a solidez financeira dos países do sul, resultando em grandes retiradas líquidas de investimento em títulos em 2011 (JETRO, 2012).

Nesse contexto, segundo Christoph S. Weber, como a crise da dívida pública da Europa surge após a crise de 2008, os bancos europeus começam a investir em *Asset Backed Securities* (ABS) como alternativa aos baixos rendimentos dos tradicionais títulos públicos, porém, quando a bolha imobiliária dos Estados Unidos estoura, o valor dos ABS cai drasticamente, o que leva a retirada de dinheiro dos bancos e, consequentemente, levando à crise de liquidez (WEBER, 2014). Isso significa que, os bancos, enfrentam dificuldades para obter fundos suficientes para atender às suas obrigações de curto prazo, levando a escassez de liquidez nos mercados financeiros. Como consequência para o mercado internacional, sendo a Europa um grande importador de produtos japoneses (os maiores importadores de produtos japoneses sendo, respectivamente, Alemanha, Países Baixos, Reino Unido, França, Rússia, Bélgica, Itália, Suíça e Espanha) a demanda por produtos diminui, levando a uma redução nas exportações do Japão para a região. Essa circunstância, por sua vez, contribui para a desaceleração da atividade econômica no Japão, já que as exportações desempenham um papel crucial na sustentação do crescimento econômico do país. Além disso, a crise de liquidez nos bancos europeus pode afetar negativamente o sistema financeiro global, aumentando a volatilidade nos mercados financeiros e reduzindo a disponibilidade de crédito para empresas e

consumidores em todo o mundo. Essa interconexão entre os mercados financeiros internacionais ressalta a importância de uma coordenação eficaz das políticas econômicas e financeiras entre os países para lidar com crises financeiras sistêmicas.

Quanto à “guerra” diplomática com a China, desde sua ascensão o mercado chinês vem conquistando o mercado mundial e acirrando a disputa com os Estados Unidos e seus aliados. Uma base sólida sobre essas disputas está presente nos relatórios da Organização Mundial do Comércio (OMC) (do qual Japão, Brasil, Argentina e México estão presentes) onde o Japão traz 3 denúncias contra a China, sendo elas **i.** Medidas relacionadas com a exportação de terras raras, Tungstênio e Molibdênio; **ii.** Medidas que impõem direitos antidumping sobre tubos sem costura de aço inoxidável de alto desempenho (“HP-SSST”) do Japão; e **iii.** Medidas antidumping sobre produtos de aço inoxidável provenientes do Japão (OMC, 2022).

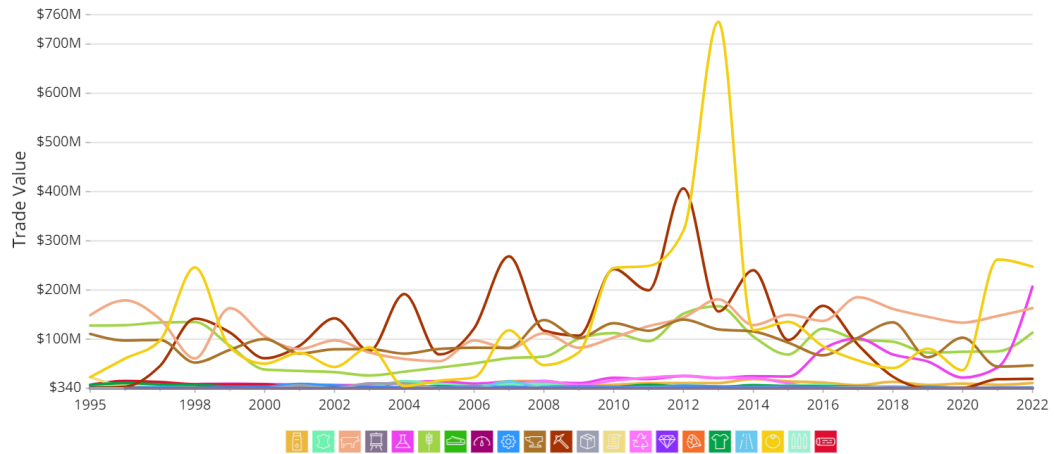
Em suma, as implicações comerciais entre o Brasil e o Japão refletem as dinâmicas econômicas e geopolíticas globais, além das transformações internas dos países. O comércio entre os dois países enfrenta desafios significativos, especialmente no que tange eventos como a crise financeira de 2008 e seus efeitos duradouros na economia mundial. Outro ponto importante para a relação comercial entre os países se dá pela valorização da moeda brasileira, a abertura comercial e a política cambial desregulada, as quais em conjunto contribuem para a perda de competitividade da indústria nacional e afetam as exportações para o Japão. Como consequência da perda de competitividade industrial, o Brasil enfrenta a redução contínua do investimento estrangeiro, inclusive o japonês, que apresenta um histórico de desmonte de sua planta industrial no Brasil desde o início da década de 2000. Portanto, as implicações das relações comerciais entre o Brasil e o Japão são profundamente influenciadas por uma interação complexa, sobretudo, por fatores econômicos, geopolíticos e diplomáticos, delineando um cenário dinâmico e desafiador para ambas as nações conforme buscam se adaptar às constantes mudanças globais.

2.1.2 Argentina

Segundo a embaixada do Japão na Argentina, a relação diplomática entre os países se iniciou com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1898, como estabelecidos também com Brasil e Chile. Os países, ainda, firmam um Acordo de Migração (1963), Convênio sobre Cooperação Técnica (1981) e Convênio Cultural (1981). O Ministro das Relações Exteriores argentino, Guido Di Tella, visita o Japão em 1991 para a discussão de políticas bilaterais entre os dois países e, desde então, os dois países têm realizado reuniões de consultas políticas entre o MOFA e *Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio*

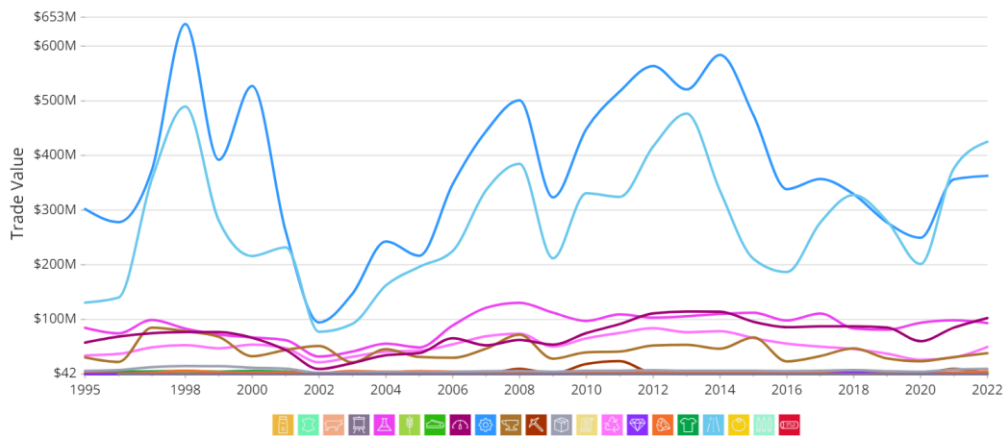
Internacional y Culto (MRECIC), o que inclui, ainda as reuniões de alto nível do Japão com o Mercosul desde 1996 (EMBAJADA DEL JAPÓN EN LA ARGENTINA, 2023).

Gráfico VI – Exportações da Argentina para o Japão (1995-2022)



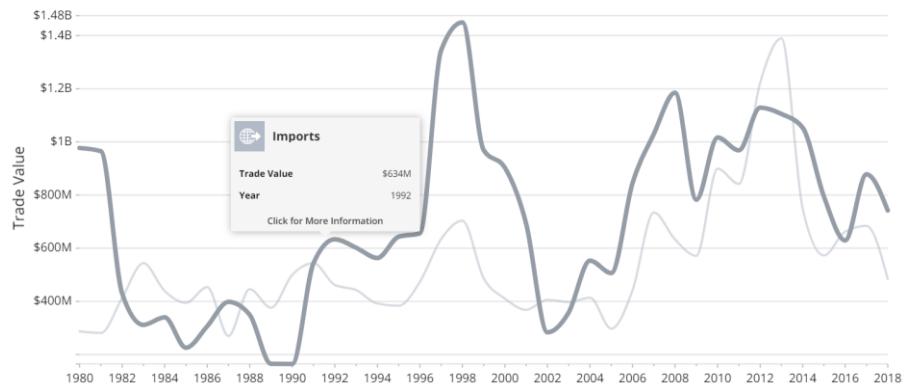
Fonte: OEC (1995-2022)

Gráfico VII – Exportações do Japão para a Argentina (1995-2022)



Fonte: OEC (1995-2022)

Gráfico VIII- Balança comercial Argentina-Japão (1980-2018)



Fonte: SITC OEC (1980-2018)

Com base nos dados do Gráfico VI, os principais produtos exportados pela Argentina para o Japão constituem majoritariamente de produtos vegetais, como milho, sorgo e, em menor quantidade, soja. Por segundo lugar, a grande exportação argentina para o Japão é baseada em minérios, principalmente por minério de cobre, metais preciosos, gásóleo e petróleo bruto, em menor quantidade. Em seguida, o maior montante de exportação são os produtos de animais, como crustáceos, filés de peixes, moluscos, queijo, mel e carne de cavalo. Em quarto e quinto lugar estão, respectivamente, os metais e produtos alimentícios, em que o primeiro abrange em maior parte alumínio e em menor quantia ferroligas, zinco e tubos de ferro; e o segundo suco de frutas, vinho, soja alimentícia, peixes e demais carnes processadas e tabaco. Em menor quantidade estão os produtos químicos, têxteis, plásticos, madeira e, ainda menor, máquinas e transporte (OEC, 1995-2022).

Por outro lado, o mesmo se repete com as exportações do Japão para a Argentina, como no caso do Brasil. A grande maioria das exportações do Japão para a Argentina se concentram em máquinas, principalmente peças de motores, turbinas a gás, impressoras industriais, elevadores, válvulas, computadores, equipamentos de transmissão e aparelhos eletrônicos. Seguindo, a segunda curva de maior notoriedade é de produtos para transporte, sendo os principais produtos veículos automotivos no geral e suas peças, carros, caminhões de entrega, tratores, motocicletas e navios de carga e comerciais. Ainda que em menor medida comparado com as duas primeiras naturezas de produtos, a Argentina, também, é grande importadora do Japão de produtos químicos, principalmente éter, ácidos nucleicos, pesticidas, componentes de nitrogênio heterocíclico, medicamentos e vacinas. Em sequência, seguem os instrumentos, como termostatos, instrumentos médicos, instrumentos de análise química e laboratório; produtos de plástico e seus processados, como pneus de borracha, polímeros acrílicos, produtos de plástico e tubos de borracha. Em menor quantidade, também são

importados, respectivamente, metais, variedades, pedras e vidros, têxteis, minérios e bens de papel (OEC, 1995-2022).

Os anos de 2002 e 2013 foram os únicos momentos de superávit comercial para a Argentina em sua balança comercial com o Japão, apresentando um déficit em todo período, conforme dados do Gráfico VIII. Conforme relatório do Gabinete de Medidas de Disputas Económicas Internacionais, Departamento de Organização Comercial, Ministério da Economia, Comércio e Indústria (経済産業省通商機構部国際経済紛争対策室) alguns pontos são levantados sobre a relação comercial com a Argentina. Primeiro, a Argentina implementou em 2008 medidas restritivas de importação em prol da promoção da indústria nacional, incluindo i. requisitos de equilíbrio de exportações e importações, ii. um sistema de declaração prévia de importação e iii. o regime de Licenças Não Automáticas, com o objetivo de restringir as importações. Logo, para uma empresa Argentina importar, seria obrigatório apresentar uma solicitação que incluía informações sobre importadores, exportadores, preço e quantidade dos itens importados. Os critérios para emissão de licenças são pouco claros e aplicados de forma arbitrária (経済産業省通商機構部国際経済紛争対策室, 2015).

Segundo, após a crise de 2008 a Argentina implementou o regime de Licenças Não-Automáticas para cerca de 400 itens (com base no HS) e em fevereiro de 2011 expandiu essa lista para 600 itens. Um impasse no comércio é de que a emissão de licenças de importação demorava mais de 100 dias, o que afetava negativamente as exportações japonesas para o país. Posteriormente, a Argentina introduziu requisitos de equilíbrio de exportações e importações e um sistema de declaração prévia de importação (em vigor desde fevereiro de 2012), restringindo as importações. De maio a agosto de 2012, a União Europeia, Japão e EUA realizaram consultas bilaterais com a Argentina com base no entendimento de solução de controvérsias da OMC e, em 25 de janeiro de 2013, a Argentina aboliu o regime de Licenças Não-Automáticas. Como resultado do processo, o painel da OMC estabelece, de acordo com o GATT, que a exigência da Argentina de equilíbrio de importação e exportações é reconhecida como uma medida que restringe o comércio por imposição de condições sem requisitos, estando fora de acordo com o Artigo 11, § 1 do GATT (経済産業省通商機構部国際経済紛争対策室, 2015).

É visível ainda, uma queda abrupta das importações argentina de produtos japoneses no início dos anos 2000 em razão da grave crise política e econômica no país no início do século XXI. Maurício Santoro, em 2017, investiga as causas dessa grave recessão que o país passou entre os anos 1998-2002, considerando uma catástrofe econômica na história da Argentina e encerrando o ciclo do realismo periférico no país, seguindo de maior aproximação com países

da América do Sul. Sendo assim, as razões da crise, segundo o autor, residem nos impactos negativos da sobrevalorização da moeda que, por consequência, prejudicam a competitividade das empresas argentinas. Juntamente com o problema de conversibilidade da moeda, a rigidez cambial do país se tornou uma armadilha para qualquer agitação financeira internacional, das quais acabaram diminuindo seus investimentos no país e gerando fuga de capitais estrangeiros, além da crescente dívida externa que multiplicava os custos e ajustes da moeda. O governo de Fernando De La Rúa de 1995 foi sucedido por Menem, iniciado em 1999, que estava comprometido em preservar a estabilidade macroeconômica argentina, combater o desemprego e a corrupção, porém, teve que lidar com alguns impasses, incluindo uma crise econômica internacional e falta de apoio político no Congresso e nas províncias. Nesse curto período de tempo a Argentina lidou com quatro presidentes, cortes de gastos públicos, limite de saques (corralito), alto desemprego e escândalos políticos. Com a entrada de Eduardo Duhalde, o então presidente encerrou o regime de conversibilidade, levando a uma desvalorização rápida do peso apesar da tensão social, reorientando a recuperação econômica da Argentina que voltou a crescer sob a presidência de Néstor Kirchner (SANTORO, 2017).

Com relação à balança comercial com o Japão, apesar do pequeno superávit comercial de 2002, a queda abrupta das importações argentinas de produtos japoneses no início dos anos 2000 pode ser atribuída a conjuntura desta grave crise política e econômica que assolou o país no período. Nesse cenário de incertezas e grande recessão, as importações de produtos japoneses foram afetadas, pois as empresas argentinas enfrentavam dificuldades financeiras e, como consequência, diminuíram suas compras no exterior. Porém, com a reestruturação econômico promovida pelo governo Eduardo Duhalde, foi possível a retomada contínua de crescimento até o ano de 2008, antes da crise da bolha de especulação imobiliária dos Estados Unidos, que apresentou outra queda nas importações argentina, apesar de mais modesta que a da crise política de 1998-2002.

Sobretudo, é perceptível um aumento repentino no comércio entre os países no ano de 2012, logo após o desastre de 2011 no Japão, momento delicado em que o país aumentou sua necessidade de importar produtos que fossem úteis para alimentação no Japão. Contudo, quando comparado com o Brasil, o montante exportado para o Japão é muito menor, se concentrando na faixa de 300 milhões para um único pico de 1.4 bilhões de dólares em 2012, enquanto no Brasil exportou no período analisado de 1.5 bilhões para um pico de quase 10 bilhões de dólares para o Japão, considerando, ainda, que o Brasil possui um superávit na balança comercial com o Japão, diferentemente da Argentina.

Em seguida, apesar do desvio de padrão no ano de 2012, a Argentina se apresentou como um país que sofreu bastante com a Crise do Euro com a redução da demanda global por bens e serviços, seguindo ainda de um agravamento nacional com a crise de 2018, piorando a situação do país. Carlos Henrique Horn, Luiza Valenti e Ben-Hur Petry discorrem sobre o choque cambial de 2018 do governo Macri que ocorreu em um momento de deterioração da balança de pagamentos da Argentina, a qual já vinha piorando com a crise financeira de 2008. Nos anos de 2006 a 2012 o país apresentou um superávit comercial e, até mesmo, saldos positivos nas transações correntes antes que os impactos da crise de 2008 se manifestassem mais fortemente. Em sequência, em 2013 o país começou a lidar com longos déficits na balança comercial até o ápice em 2017, com dificuldades de recuperação nos anos seguintes. Não apenas, os déficits se agravam, ainda, com a queda no preço dos commodities, principalmente agrícolas, do qual a Argentina mais depende (HORN, *et al*, 2023).

Outra queda no comércio é visível no ano de 2020, quando se inicia a pandemia pela Covid-19 no mundo. Ianina Harari e Damián Biz da Universidade de Buenos Aires apontam para a Argentina como um dos países com maior queda de PIB, mesmo com as medidas intervencionistas do Estado para tentar amenizar a crise. No país, segundo os autores, o governo de Alberto Fernández suspendeu as aulas e implementou licenças para pessoas com filhos em idade escolar ou pertencentes a grupos de risco. No entanto, muitos trabalhadores continuaram a circular devido à falta de licenças pagas para todos os setores, o que incluía uma grande parte da força de trabalho informal. Assim, dado o impacto na atividade econômica, o governo lança o Programa de Recuperação Produtiva (Repro), o qual consistia em pagar parte dos salários em empresas afetadas pela crise e isentar o pagamento de contribuições patronais. como também medidas de apoio a setores específicos, como entretenimento, gastronomia e turismo, e programas de crédito e investimento em obras públicas. O governo também implementou o Ingreso Familiar de Emergencia (IFE) para ajudar os trabalhadores informais mais afetados pela crise, fornecendo um subsídio financeiro temporário. Essas medidas foram vistas como uma resposta necessária diante da crise, mas muitos criticaram sua eficácia e capacidade de cobrir as necessidades básicas dos cidadãos afetados (BIZ, *et al*, 2022).

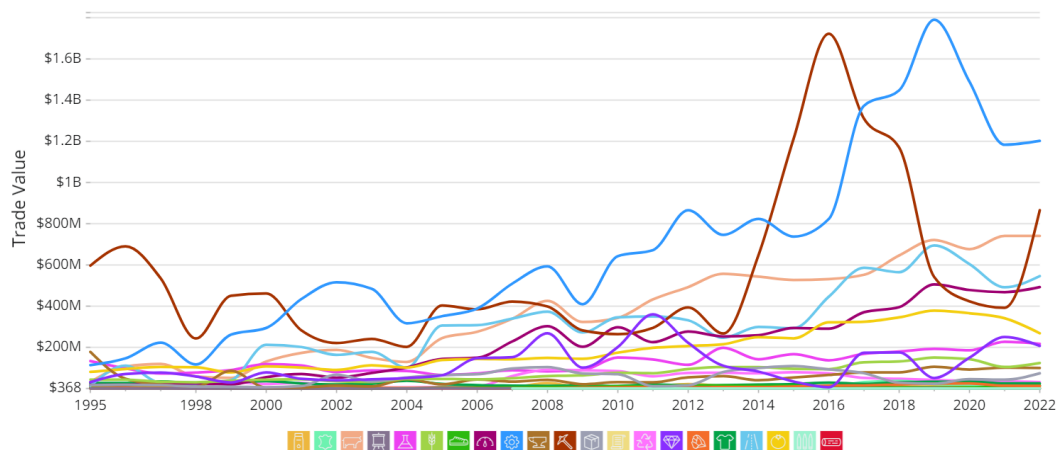
Sob essas medidas, o gasto público já crítico do país aumenta, isso, ao mesmo tempo em que o mundo todo precisa de se adaptar a uma nova realidade sem antes precedentes. A Argentina enfrenta um agravamento significativo do déficit da balança comercial e de pagamentos durante a pandemia à medida que as restrições de mobilidade e interrupções nas cadeias de suprimentos globais afetam tanto suas exportações quanto importações. Por conseguinte, o cenário contribui para uma redução ainda maior no comércio com o Japão tanto

em termos de importação quanto de exportação, já que as dificuldades econômicas enfrentadas pela Argentina resultam em uma queda na demanda por produtos japoneses, enquanto a capacidade do país de exportar para o Japão é comprometida pela diminuição da produção e pela escassez de recursos, tal como também pelo Japão, dada a crise global. Essa diminuição no comércio bilateral entre Argentina e Japão reflete não apenas os desafios econômicos enfrentados pelos dois países durante a pandemia, mas também destaca a interconectividade das economias globais e os impactos adversos da crise de saúde pública em todo o mundo.

Portanto, com base nas análises, é perceptível uma crise crônica na Argentina advindas de seguidas dificuldades de resiliência tanto de problemas nacionais quanto internacionais. O país se reforça como exportador de produtos primários para o Japão e como comprador de manufaturados de maior valor agregado por produto, dificultando a relação da balança comercial argentina. Logo, por conta da sua dependência de exportação de produtos primários, principalmente agrícolas, qualquer oscilação no preço de commodities é fortemente sentida pelo país, o qual também é suscetível às crises internacionais que diminuem a demanda por bens e serviços, como supracitado a Crise de 2008, a Crise do Euro e, por último, a pandemia de 2020-2022. A Argentina lida, ainda, com sua crise interna, como abordado na forte crise de 1998-2002 e de 2018, com difícil recuperação em um cenário internacional cada vez mais instável, necessitando de um redirecionamento político e econômico mais sustentável para lidar com esses impasses.

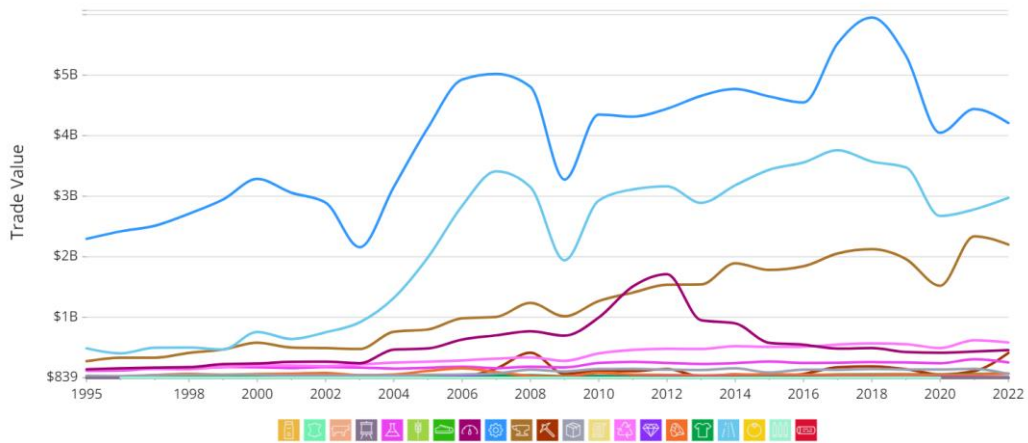
2.1.3 México

Gráfico IX- Exportações do México para o Japão (1995-2022)



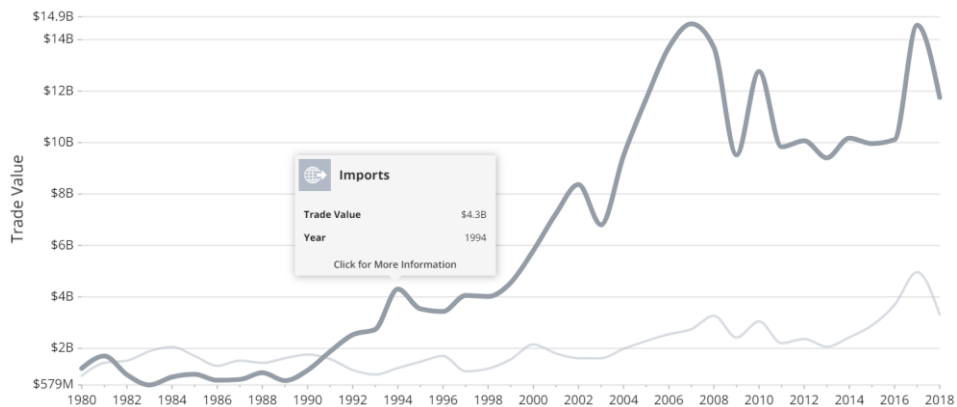
Fonte: OEC (1995-2022)

Gráfico X- Exportações do Japão para o México (1995-2022)



Fonte: OEC (1995-2022)

Gráfico XI- Balança comercial México-Japão (1980-2018)



Fonte: SITC OEC (1980-2018)

As exportações do México para o Japão seguem um padrão diferente do Brasil e da Argentina, apresentando uma grande participação em seu mercado na exportação de máquinas para o Japão, conforme o Gráfico IX. Dentre os produtos manufaturados exportados para o Japão, em maior quantidade se encontram as máquinas, sendo eles: maquinaria elétrica e eletrônicos, aparelhos mecânicos e peças. Sobretudo, o país exporta uma grande quantidade de minérios para o Japão, principalmente combustíveis e óleos minerais derivados da destilação e metais brutos, seguindo de grande comércio de carne e miudezas comestíveis, e peixes. Novamente divergindo dos demais países, o México exporta uma grande quantidade de máquinas de transporte, sendo os principais carros, tratores, caminhões e suas peças para o Japão, além de, em seguida, apresentar uma parcela relevante de comércio de equipamentos específicos, como lentes ópticas, filmes de foto, equipamentos médicos e instrumentos musicais. Em menor quantidade, há comércio de produtos vegetais, químicos, metais preciosos, alimentícios, metais e têxteis, respectivamente (OEC, 1995-2022).

A respeito das exportações do Japão para o México, conforme o Gráfico X, o país segue relativamente o mesmo padrão que Brasil e Argentina, como já apresentado. O maior montante do comércio decorre de máquinas, principalmente acessórios de transmissão, circuitos integrados, peças de motores, baterias elétricas, equipamento de proteção de baixa voltagem, ignições elétricas, semicondutores, transmissores e máquinas de escritório. Em segundo, a linha de produtos de transporte, abrange majoritariamente veículos de automóveis, carros, caminhões e ônibus. Em terceiro, diferentemente de Brasil e Argentina, o México importa uma quantidade considerável de metais do Japão, incluindo grandes quantidades de aço laminado, ferro laminado, ferro laminado a quente, peças intercambiáveis, aço laminado a frio, montes de metal e outros produtos de aço. Em terceiro, com relativa quantidade, é exportado para o México produtos de instrumentos, como CDs, termostatos, instrumentos de medição, fibras óticas, instrumentos de medição de gases e líquidos, instrumentos médicos, lentes e espelhos, instrumentos de análise química e fotocopiadoras. Em menores quantidades, o México importa do Japão, respectivamente, produtos de plástico e borracha, variedades, minérios, pedras e vidros, têxteis, bens de papel e pedras preciosas.

Contudo, apesar de grande participação de máquinas das exportações do México para o Japão, conforme os dados SITC da OEC, no Gráfico XI, o país apresenta um contínuo crescimento do déficit em sua balança comercial desde 1991, com relativa diminuição no déficit após o ano de 2008, por conta da crise financeira da época. Com base nas palavras de Manuela Moschella, no início da década de 1990 o México iniciava a nova década com redução de sua inflação, diminuição do déficit do setor público e grandes reformas estruturais almejando um crescimento econômico sustentável, principalmente de caráter liberal, incluindo uma reforma tributária, a privatização de importantes empresas do setor público e a atribuição de um status independente ao banco central. Reformas que impulsionaram uma orientação baseada na liberalização financeira e comercial também foram feitas, sobretudo, com a eliminação de controles de crédito, requisitos de reservas, teto de taxa de juros e empréstimos direcionados. Porém, a partir dos anos 1990 a economia mexicana começou a apresentar suas fraquezas

The current account deficit deteriorated sharply, widening from about 5% of GDP during the period 1990–1993 to more than 8% in 1994. The deficit was further complicated by the overvaluation of the Mexican peso, with the real exchange rate appreciating 35% from 1990 to February 1994 (IMF, 1995a, p. 54). In addition, GDP growth slowed, recording a disappointing 0.6% in 1993 (IMF, 1995b, p. 92). In spite of this worsening outlook, until March 1994 there were few signs of public concern (Dornbusch and Werner, 1994) also because the deficit was securely financed by large capital inflows and the interest rate required by foreign investors on Mexican securities was relatively low – especially, in the immediate aftermath of the signing of NAFTA (MOSCHELLA, 2010).

Nesse cenário de déficit na conta corrente, o México se torna o país com o endividamento mais caro no mercado internacional de capital, o que piorou ainda mais o déficit de sua conta corrente. O caso da crise no México se torna caso de estudo para o centro de estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI), onde Eliot Kalter e Amando Ribas, do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI se debruçam para a causa principal da crise a apreciação real do peso mexicano em um desequilíbrio econômico subjacente, em que o aumento do déficit na conta corrente externa e a crise bancária no país levam a saída de capital estrangeiro que outrora fora atraído pela expectativa de altas taxas de retorno no contexto cambial quase-fixo (KALTER, *et al*, 1999).

Dada essa breve contextualização do momento, a apreciação real do peso mexicano tornou os produtos mexicanos mais caros no exterior, o que acaba reduzindo a competitividade das exportações mexicanas e o aumento das importações, contribuindo para o déficit da balança comercial. Sobretudo, a apreciação do peso mexicano tornou mais difícil para o país lidar com sua dívida externa, dado que os pagamentos de juros e principal moeda estrangeira se tornaram mais caros para a moeda mexicana. Além disso, a crise econômica no México levou os investidores estrangeiros a retirarem seus investimentos do país para buscar locais mais seguros para se investir. Com isso, há uma grande saída de capital estrangeiro do México, exacerbando o déficit na conta corrente e, como resultado, o país fica dependente do financiamento externo para cobrir o déficit e aumentando sua vulnerabilidade a choques externos.

O Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão (経済産業省) emitiu no ano de 2017 um panorama sobre as economias da América Central, incluindo o México. Nesse relatório, é exposto a compensação do déficit da conta corrente mexicana com entradas de capital do exterior, porém, a postura firme da nova administração dos Estados Unidos em relação ao comércio e à imigração mexicana levanta preocupações sobre o impacto no aumento do risco cambial e nos investimentos diretos e em títulos voltados para o México, que têm se mantido robustos. Também existe a possibilidade de uma postura mais cautelosa em relação aos planos de expansão da produção e novos investimentos de empresas globais, como montadoras japonesas e ocidentais, que têm aumentado sua presença no México nos últimos anos, dependendo das políticas futuras dos Estados Unidos. Olhando para o nível das reservas cambiais (estoque) em 2015, elas estão 2,5 vezes acima do montante equivalente a 2,5 anos de dívida externa de curto prazo, e excedem o limite de pelo menos 1 vez que o FMI considera

como uma orientação para as reservas cambiais mantidas por países, podendo aferir que há uma baixa possibilidade imediata de uma crise financeira (経済産業省, 2017).

Após o choque da crise do início da década de 1990 do México, as importações do país aumentaram com o Japão, como é visível no Gráfico XI. Em contraposição, o montante de exportações para o Japão praticamente não se alterou significativamente, ocasionando um aumento sequente de déficits na balança comercial mexicana sobre o comércio com o país do Leste asiático. No caso do México, as participações nas categorias de média e alta tecnologia mantém participação expressiva, muito mais alta que a do Brasil, porém, mesmo sob essa dinâmica, os ganhos desse comércio com o Japão não apresentam grande variação ao longo dos anos, com variações de 550 milhões de dólares em 1983 e 5 bilhões em 2017. Enquanto isso, as importações mexicanas sofrem um disparo sobre os produtos japoneses, aumentando de 2 bilhões de dólares em 1990 para 15 bilhões de dólares em 2007, com relativa diminuição após a crise financeira de 2008 e com a pandemia da Covid-19 em 2020.

Sobretudo, um evento importante para a história do México que se relaciona com sua inserção do comércio internacional reside em sua entrada para o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1994, momento de crise para o México como abordado anteriormente. Segundo Sérgio Abreu e Lima Florêncio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o acordo culminou no aumento das exportações de manufaturas e uma maior integração nas cadeias globais de valor, porém, com um valor agregado modesto, em que apesar da crise de 1994, o NAFTA impulsionou o crescimento econômico, reduziu a dependência do petróleo no país e atraiu capital estrangeiro direto para o México. Contudo, a partir de 2001, o crescimento da China interrompeu o crescimento de exportações do México para os Estados Unidos, assim, o México precisou desvalorizar o peso em meados dos anos 2000. O grande crescimento de importações de produtos da Ásia, segundo o autor, reflete a crescente inserção mexicana nas cadeias de valor global, em que a participação americana entre os anos de 1993 a 2011 caiu de 69% para 50%, enquanto a importação de produtos da Ásia cresceu de 1% para 15%. Por outro lado, os autores ressaltam três condições que amenizam os benefícios do NAFTA: i. aumento da elasticidade da renda das importações; ii. as exportações de manufaturas apresentam baixo valor agregado doméstico; e iii. o *forward* e *backward linkages* são pequenos, evidenciando uma falta de integração eficiente entre diferentes partes da cadeia produtiva, o que pode limitar o potencial de crescimento e desenvolvimento econômico sustentável que o México almeja (ABREU, *et al*, 2007).

Portanto, as implicações do aumento da elasticidade da renda das importações referem-se à sensibilidade das importações do país às mudanças na renda nacional, no qual caso a

elasticidade da renda das importações aumenta, o que significa que as importações estão se tornando mais sensíveis às mudanças na renda do país. Sobretudo, isso pode se caracterizar como um problema para o México, pois, se a renda nacional aumenta, a demanda por bens importados também aumenta, levando a um maior déficit comercial e dependência de produtos estrangeiros. Logo, no caso do México, o aumento da elasticidade da renda das importações pode indicar uma maior propensão dos consumidores e empresas mexicanas a comprar produtos importados em vez de produtos nacionais, o que pode afetar negativamente a economia doméstica. No que diz respeito ao baixo valor agregado das exportações de manufaturas do país, é esboçado que o valor agregado nacional nas exportações de manufaturas se refere à porcentagem do valor final do produto que é gerado internamente, ou seja, pela produção doméstica. Logo, se as exportações de manufaturas têm baixo valor agregado doméstico, isso significa que uma parte significativa do valor do produto é gerada por insumos ou componentes importados ao invés de ser produzida localmente. Como consequência, isso indica uma falta de capacidade de produção nacional para fornecer os insumos necessários para a fabricação desses produtos ou uma dependência excessiva de importações para completar o processo de fabricação. Portanto, essa situação pode limitar os benefícios econômicos que o país obtém com suas exportações, uma vez que grande parte do valor gerado é capturado por empresas estrangeiras ou pela cadeia de suprimentos global ao invés de permanecer no país.

Por fim, o comércio entre México e Japão revela um padrão distinto em comparação com Brasil e Argentina, com o México exportando uma variedade de produtos manufaturados para o Japão, incluindo máquinas, minérios, carne e peixes. Por outro lado, as importações do México do Japão são dominadas por máquinas, metais e instrumentos. Todavia, apesar da grande participação de máquinas nas exportações mexicanas para o Japão, o país enfrenta um contínuo déficit em sua balança comercial, o qual tem se exacerbado pela apreciação do peso mexicano e pela saída de capital estrangeiro durante a crise financeira dos anos 1990. Além disso, a entrada do México no NAFTA em 1994 proporcionou um impulso inicial às exportações de manufaturas e à integração nas cadeias globais de valor, porém, alguns problemas afloram, como o aumento da elasticidade da renda das importações e o baixo valor agregado das exportações de manufaturas, os quais limitaram os benefícios do acordo. Juntamente, a falta de integração eficiente entre diferentes partes da cadeia produtiva diminuiu o potencial de crescimento econômico sustentável do México, dificultando, como um conjunto, a superação do déficit na balança comercial com o Japão.

3 RESULTADOS

É notável o papel do Brasil e da Argentina como reforço da Divisão Internacional do Trabalho de exportador de produtos primários para a indústria japonesa, apesar do Brasil apresentar continuamente um superávit na balança comercial com o Japão. Sobretudo, observa-se certa interdependência entre as economias com comércio bilateral influenciado por fatores globais e internos, principalmente a crise financeira de 2008, a ascensão da China e, em termos domésticos do Brasil, o rápido processo de desindustrialização do país. Na crise financeira de 2008, tanto o Japão quanto os demais países aqui citados enfrentam desafios significativos, incluindo a queda na demanda por produtos que exportavam, grande redução na atividade econômica e volatilidade nos mercados financeiros. Como o Japão é um país de forte conexão com os Estados Unidos, ou seja, interdependente, o estouro da bolha de especulação imobiliária estadunidense afetou diretamente o país do Leste asiático, levando à recessão econômica. No que diz respeito à recessão, foram afetados diretamente as exportações de produtos primários da América Latina, exacerbando os desafios enfrentados por esses países. O excesso de oferta de bens duráveis japoneses (manufatura) frente à diminuição internacional da demanda, especialmente da Europa e Estados Unidos, levou a redução da atividade econômica e alta volatilidade nos mercados financeiros, em que os preços dos ativos financeiros experienciaram flutuações extremas e imprevisíveis, além das grandes flutuações nas taxas de câmbio, sensibilizando diretamente os países de economia aberta e dependente do comércio internacional, como Japão, Brasil, Argentina e México.

Não apenas, as tensões comerciais entre Japão e China desempenharam um papel importante nas relações comerciais com a América Latina, pois a China se estabelece como um grande competidor global que intensificou as disputas comerciais não só do Japão com o mundo, mas também das economias latino-americanas, que também exportam em grande parte produtos primários para a China e compram, majoritariamente, manufaturas. No caso do Brasil, como problema doméstico enfrentado pelo país, a fuga de capital estrangeiro frente ao Real valorizado que encarece os produtos brasileiros para as moedas estrangeiras, altas taxas de juros e abertura comercial desregulada impactaram negativamente as relações comerciais com o Japão, com certa diminuição de importação de produtos brasileiros pelo Japão. A respeito da abertura comercial desregulada, no ano de 1989 a indústria brasileira sofre com a maior concorrência estrangeira por conta da menor proteção nacional que, juntamente com a taxa de juros alta no Brasil, desestimula os investimentos produtivos na indústria, no qual os empresários japoneses preferiram aplicar seu capital em atividades mais rentáveis e seguras em outros países, como é costume do ramo japonês. Sendo assim, esse conjunto de fatores desfavoráveis para as empresas

estabelecidas no Brasil levaram a intensificação da fuga de capital estrangeiro e a desindustrialização no país, com saída de diversas empresas japonesas desde os anos 2000, como Sony, Sanyo, Sharp e Yamaha, todos do ramo de bens duráveis e estabelecidas na Zona Franca de Manaus.

Apesar do constante declínio das exportações do Brasil para o Japão, durante a pandemia da Covid-19 o mundo todo experienciou outro refreamento econômico com a crise sanitária global. Entretanto, mesmo declínio no caso brasileiro, a Argentina é o país que mais se agoniou nesse período, pois já vinha sofrendo com uma longa consistência de déficits na balança comercial com o Japão. Entre os anos de 2002 e 2013, a Argentina apresentou déficits comerciais em todas as transações com o Japão, exceto em 2002, quando obteve um pequeno superávit. Ainda assim, esse exíguo superávit não é fruto de uma melhora das condições internas do país, mas sim de uma forte crise política que assolou a Argentina de 1998 a 2002, em que as empresas argentinas enfrentaram duras dificuldades financeiras e, conseqüentemente, a redução nas compras de produtos importados, incluindo japoneses. Semelhantemente ao Brasil, a Argentina também se configura como um grande exportador de produtos primários para o Japão, porém, de produtos com natureza diferentes. Apesar da pequena diferença, a Argentina se concentrou na venda de produtos agrícolas, enquanto importou uma grande quantidade de manufaturados, como máquinas, veículos e produtos químicos. Essa dinâmica com o Japão contribuiu para o desequilíbrio da balança comercial entre os países, posto que os produtos argentinos apresentam menor valor agregado em comparação aos produtos importados do Japão.

Durante o período analisado, a Argentina passa por uma série de abalos domésticos, levando ao Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão (経済産業省, Keizai Sangyōshō) emitir um relatório abordando questões relacionadas às políticas comerciais adotadas pela Argentina. O Japão denuncia as medidas restritivas implementadas pela Argentina em 2008, as quais visavam promover a indústria nacional, incluindo requisitos de equilíbrio de exportações e importações por meio de um sistema de declaração prévia. Esse sistema de nomenclatura regime de licenças não-automáticas objetivava restringir as importações para proteger a indústria doméstica, porém o sistema não funcionava eficientemente, o que causava entraves sérios para o comércio. Assim, Japão, Estados Unidos e União Europeia participam da resolução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), culminando para o fim dessas medidas restritivas de importação pela Argentina. No mesmo ano, com a crise financeira global de 2008, a Argentina sofre ainda mais

com suas dificuldades financeiras, desvalorização da moeda e a fuga de capitais estrangeiros, piorando seu desempenho no comércio internacional.

Por fim, o caso do México possui particularidades específicas, sobretudo, pela sua proximidade com os Estados Unidos. Enquanto Argentina e Brasil possuem como principal parceiro comercial a China na atualidade, o principal parceiro comercial do México continua sendo os Estados Unidos. Portanto, o comércio entre México e Japão revela um padrão distinto, em que o México exporta uma grande quantidade de produtos manufaturados para o Japão, incluindo máquinas, minérios, carnes e peixes. Por outro lado, suas importações do Japão são dominadas por máquinas, metais e instrumentos que, apesar da significativa participação de máquinas nas exportações mexicanas para o Japão, o país enfrenta um contínuo déficit na balança comercial com o país asiático. Esse déficit, no que lhe diz respeito, tem se agravado com a apreciação de 35% na taxa de câmbio real e a saída de capital estrangeiro durante a crise financeira dos anos 1990, momento em que houve uma deterioração acentuada do déficit na conta corrente do país, que se ampliou de cerca de 5% do PIB de 1990-93 para mais de 8% em 1994. Apesar do cenário, havia pouca preocupação pública, pois o déficit estava sendo financiado com segurança por grandes fluxos de capital e a taxa de juros exigida por investidores estrangeiros em títulos mexicanos era relativamente baixa, especialmente logo após a assinatura do NAFTA em 1994. Assim, a crise mexicana de 1994 se torna um caso de estudo para o FMI, em destaque para a apreciação real do peso mexicano como um desequilíbrio econômico subjacente que, combinado com o aumento do déficit na conta corrente externa e a crise bancária no país, ocorre à saída de capital estrangeiro, o qual outrora havia sido atraído pela expectativa de altas taxas de retorno em uma conjuntura de taxa de câmbio quase fixa.

Dado esse momento de dificuldade com a fuga de capital estrangeiro, o qual era de extrema importância para o México compensar seus déficits na conta corrente externa, a assinatura do NAFTA em 1994 proporciona um impulso inicial às exportações de manufaturas e maior integração às cadeias globais de valor. Contudo, apesar do aumento nas exportações, o valor agregado das exportações de manufaturas do México permaneceu modesto. Como citado sobre os benefícios do NAFTA, foi observado um crescimento econômico e redução da dependência do petróleo, além de atrair maiores investimentos para o país, sendo o crescimento das exportações para os Estados Unidos refreado pelo crescimento da China em 2001. Em suma, pode-se compreender três principais frutos do NAFTA não tão benéficos para o México: i. o aumento da elasticidade da renda das importações, no qual as importações do México e tornaram mais sensíveis às mudanças na renda nacional, podendo levar a um maior déficit comercial e dependência de produtos estrangeiros; ii. baixo valor agregado das exportações de

manufatura, o que indica que uma parte significativa do valor exportações é gerada por insumos ou componentes importados ao invés de serem produzidos localmente, o que acaba limitando os benefícios econômicos do comércio desses produtos; e iii. falta de integração eficiente entre diferentes partes da cadeia produtiva, o que manifesta uma falta de capacidade da produção nacional para fornecer insumos necessários para fabricação de produtos e maior dependência de importações.

Em suma, os desafios econômicos do México no que tange a integração nas cadeias globais de valor podem ser relevantes para o Brasil e Argentina, à medida que buscam também essa integração. Apesar dos três países apresentam dinâmicas diferentes nas suas relações comerciais com o Japão, Brasil e Argentina desempenham historicamente o papel de exportador de produtos primários para a indústria japonesa, ao mesmo tempo que enfrentam desafios domésticos, como as seguintes crises políticas e econômicas na Argentina, o acelerado processo de desindustrialização no Brasil, e a concorrência da China. A crise de 2008 acabou exacerbando esses desafios, de modo que afetou a demanda global e destaca a interdependência entre as economias. No geral, os casos dos países da América Latina evidenciam a necessidade de políticas econômicas sólidas e melhores adaptações às dinâmicas globais caso se almeje promover um comércio mais equilibrado e sustentável entre o Japão e os países em questão, sobretudo, pelo único superávit comercial se estabelecer apenas com o Brasil.

Por esses motivos, é plausível relacionar as dificuldades do mercado internacional com a queda da demanda por produtos japoneses e as consequências do comércio desse país com a América Latina, que majoritariamente exportam produtos primários de base para a indústria japonesa, além dos produtos utilizados para alimentação no país. Por um lado, a crise do euro resultou em uma diminuição na demanda por produtos japoneses na Europa por conta da desaceleração econômica na região, exacerbando os desafios enfrentados pela indústria japonesa que, por sua vez, depende fortemente das exportações. Por outro lado, a ascensão da China como um importante ator econômico global tem intensificado a competição nos mercados internacionais, levando a disputas comerciais e tensões diplomáticas entre a China e outros países, como o Japão. Portanto, essa combinação de fatores cria um ambiente de negócios desafiador para o Japão, pois o país enfrenta uma redução na demanda por seus produtos em mercados-chave, como a Europa, ao mesmo tempo em que enfrenta competição crescente da China em outros mercados. Como resultado, a atividade econômica no Japão é impactada negativamente, levando a uma diminuição na produção industrial e, conseqüentemente, na demanda por produtos primários importados da América Latina. Essa redução na demanda por produtos primários da América Latina pode ter efeitos adversos para os países latino-

americanos, que dependem das exportações desses produtos para impulsionar suas economias. Portanto, a interconexão entre a crise do euro, a ascensão da China e a atividade econômica no Japão tem ramificações significativas para o comércio internacional e a economia global como um todo.

Por último, quanto aos efeitos para o Japão, as relações do país com a América Latina são multifacetados e influenciam vários aspectos da economia japonesa. Primeiramente, qualquer interrupção nas importações de matérias-primas da América Latina pode impactar negativamente a produção industrial japonesa, uma vez que o país possui dependência da importação desses recursos para sua indústria. Além disso, a produção do país fica suscetível a oscilação do preço das commodities e das condições político econômicas doméstica desses países, como é exemplificado pelo caso da Argentina, em que o Japão recorreu a OMC para lidar com os impasses de comércio com o país. Por outro lado, há uma implicação geopolítica importante para o Japão na conjuntura do crescimento chinês e sua relação com a América Latina. Mesmo o país ficando para trás com o aumento do comércio da região com a China e, sobretudo, com a maior parte dos seus investimentos externos serem direcionados para os países da ASEAN, o Japão acaba perdendo ainda mais sua influência na região. Assim, o país lida com quatro implicações que levam a perda de influência na América Latina: i. perda de influência para a China; ii. Diversificação de investimentos para outras regiões em detrimento da região latina; iii. Mudança nas prioridades geopolíticas; e iv. Competição com outros atores regionais e globais, como outros países e blocos econômicos, como a União Europeia. Assim, em meio a mudança das dinâmicas regionais tanto da Ásia quanto da América, caso o Japão deseje manter sua importância na região, o país deve reavaliar a estratégia para a América Latina e buscar formas de maior engajamento com a região, mantendo, então, sua presença e acesso ao mercado latino-americano.

CONCLUSÃO

Frente a extrema necessidade do Japão em se adaptar a um ambiente geopolítico em constante mudança influenciado pela ascensão da China e pela nova dinâmica das Relações Internacionais após a Guerra Fria, no final do século XX e início do XXI o mundo presenciou o colapso da URSS, a reunificação da Alemanha, a ascensão da economia chinesa e das nações do Pacífico. Essa nova dinâmica supracitada como “Segunda Grande Era do Capitalismo Global” é caracterizada por profundas mudanças, principalmente com a reorganização dos polos industriais, a desaceleração econômica global e a não confirmação do Japão como superpotência no lugar dos Estados Unidos após o declínio do sistema monetário de Bretton Woods, tal como era esperado por Robert Gilpin e Paul Kennedy. Apesar de tudo, os Estados Unidos emergem novamente como *hegemon*, liderando a reformulação do sistema internacional após o fim do dilema de segurança pós-Guerra Fria. Durante esse período, os países latino-americanos enfrentaram desafios significativos, principalmente no que circunda a crise da dívida externa em decorrência da política monetária dos Estados na década de 1980, caracterizada pelo aumento das taxas de juros para combater a inflação doméstica. Sobretudo, com a declaração de moratória da dívida externa pelo México, a qual causava medo e instaura um cenário de incerteza e instabilidades nas relações entre os países nas américas, posteriormente o medo acabou sendo substituído pelo receio das instituições financeiras internacionais, como o FMI, evidenciando a vulnerabilidade econômica e a dependência da região às políticas econômicas internacionais.

Sendo assim, no que tange ao objetivo da monografia em compreender de forma mais clara a relação comercial entre Japão e os países da América Latina, sobretudo os aqui elucidados, os resultados evidenciam que, de fato, a hipótese de que os países latino-americanos desempenham um papel significativo como exportadores de produtos primários para suprir a demanda da indústria japonesa, na qual destacam-se os desafios e as interações complexas que moldam suas dinâmicas econômicas. Primeiramente, é evidente que tanto o Brasil quanto a Argentina desempenham um papel significativo nesse contexto para alimentar a indústria manufatureira do Japão, apesar das diferenças nas naturezas específicas dos produtos exportados para cada país. Não obstante, ambos os países enfrentam fortes desafios internos, como a rápida desindustrialização no Brasil e as frequentes crises políticas da Argentina, as quais acabam afetando as relações comerciais com o Japão. Por outro lado, o México possui uma dinâmica distinta em sua relação comercial com o Japão, pois há um foco muito maior nas exportações de manufatura, apesar das dificuldades do país que amenizam os ganhos totais dessa especialização. Com isso, é evidente o estabelecimento dos países da América Latina

como exportadores de produtos primários e de baixa complexidade tecnológica, apesar do maior envolvimento do México nas cadeias globais de valor. A região, até então, apresenta fortes dificuldades de diversificar a natureza de suas exportações, principalmente aqueles de maior valor agregado e, quando intentam diversificar, como o México, apresentam obstáculos persistentes para se obter ganhos reais dessa especialização. Sobretudo, é perceptível a falta de atenção das empresas japonesas para a região latino-americana, uma vez que, com o rápido crescimento chinês e a dependência das vontades estadunidenses sobre assuntos domésticos japoneses, a valorização do iene forçou as empresas japonesas a dividir etapas estratégicas de produção de sua indústria para países onde a produção é mais barata, no caso, aos países da ASEAN, sobretudo pela sua localização estratégica na região. Assim, a presença japonesa no sudeste asiático funciona, também, como reforço da presença estadunidense na região frente ao crescimento da China, enquanto a região Latino Americana, longe geograficamente, não apresenta o “perigo chinês iminente” mesmo o mercado chinês tendo se estabelecido como principal parceiro comercial da região e estar se aproximando cada vez mais.

Portanto, o crescimento do comércio entre as duas regiões depende do interesse japonês, sobretudo, na obtenção de produtos de baixo valor agregado advindos da América Latina, dos quais centram a atividade de mineração, agricultura e pescaria que, por sua vez, dão suporte para a alimentação no Japão e insumos para a produção manufatureira exportadora. Ainda assim, a maior parte desses insumos comprados pelo Japão não vêm da América Latina, mas sim dos da Ásia e Estados Unidos, principalmente no que diz respeito às reservas de energia, como o petróleo, carvão e minérios (OEC, 2022). Portanto, a concentração de investimentos japoneses em outras regiões, no caso, a ASEAN, reflete as prioridades estratégicas dos países e da sua dinâmica de política externa, onde é crucial avaliar a eficácia dos acordos existentes não apenas sob o olhar econômico, mas também do impacto social nessas parcerias, dos quais não têm sido representativos para as nações latino-americanas, evidenciando a necessidade de engajamento mais equitativo e inclusivo entre as partes para que, assim, as partes envolvidas consigam se aproximar com êxito e desenvolver um comércio mais sustentável que supere a divisão internacional do trabalho.

REFERÊNCIAS

- BIZ, Damián; *et al.* Las medidas económicas de Argentina frente a la pandemia del covid-19 y la crisis mundial. *Revista de Economía del Caribe*, n. 30, p. 54-76, 2022. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/204428/CONICET_Digital_Nro.fe8f6535-7288-47b6-846f-e90454b8d083_B.pdf?sequence=2&isAllowed=y
- CANO, Wilson. A Desindustrialização no Brasil. *Revista de Economia e Sociedade*, v.21, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/n6w4hPXXK6zwZ3YJYTmQGjLJ/#>
- CARDOSO, Pablo; *et al.* Nueva división internacional del trabajo, capitalismo cognitivo y desarrollo en América Latina. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, n.133, p. 37-59, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312025643_Nueva_division_internacional_del_trabajo_capitalismo_cognitivo_y_desarrollo_en_America_Latina
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Turbulência global não tem prazo para terminar. Ed. 87, Brasília, 2008.
- COONEY, Kevin. No More Passing Japan's Policy in Interesting Times. *Asia Policy*, National Bureau of Asian Research (NBR). v. 13, n. 4, p.24-29, 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26533122>
- CORREIA, Leandro Baptista; *et al.* O comércio bilateral entre o Japão e economias da América Latina, uma análise de cointegração com quebra estrutural (2011). *Revista de Economia Mackenzie*, v. 9, n. 3, p. 11-33, 2011. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002305841>
- DATHEIN, Ricardo. De Bretton Woods à Globalização Financeira: Evolução, Crise e Perspectivas do Sistema Monetário Internacional. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2017. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05_2003_dathein.pdf
- EMBAJADA DE JAPÓN EM ARGENTINA. Las Relaciones Bilaterales. Disponível em: https://www.ar.emb-japan.go.jp/itpr_es/RelacionesBilaterales.html
- ESPÍNDOLA, Januário Della Mea; *et al.* O Japão Face à Aliança Norte-Americana: A Redefinição do Papel Japonês como Liderança Mundial. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo7.pdf>
- GILPIN, Robert. A Economia Política das Relações Internacionais. Editora da Universidade de Brasília: UnB, p. 19-104, 2002.
- HAYASHI, Fumio; *et al.* The 1990s in Japan: A Lost Decade. *Review of Economic Dynamics*, v. 5, n. 1, p. 206-235, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/redy.2001.0149>
- HOEVELER, Rejane. Dívida, dependência e neoliberalização: o receituário do Council of the Americas para a América Latina dos anos 1980. *História Unisinos*, v. 25, n. 2, p. 231-249, 2021. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-4299-5483>
- HORN, Carlos Henrique, *et al.* A crise argentina de 2018: antecedentes e interpretação. *Revista de Economia Política*, v. 43, n. 2, p. 335-357, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/QdcccTbykSPGLYhF7MnzJ7K/?format=pdf&lang=pt>
- JETRO. 2012 JETRO Global Trade and Investment Report -Firms and people move forward towards globalization-. Overseas Research Department, 2012. Disponível: https://www.jetro.go.jp/ext_images/en/reports/white_paper/trade_invest_2012_overview.pdf
- KAWAI, Masahiro; *et al.* Why was Japan Hit So Hard by the Global Financial Crisis?. Asian Development Bank Institute Working Paper, n.153, 2009. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/156008/adb-153.pdf>
- KAWASHIMA, Yutaka. Japanese Foreign Policy at the Crossroads: Challenges and Options for the Twenty-First Century. Brookings Institution Press, 2005, p. 4-21.
- MARICOURT, Renauld de. Os Samurais da Gestão. Paris: Sílabo, 1995.

MONTENEGRO, Claudio, *et al.* El efecto de China en el comercio internacional de América Latina. *Revista Estudios de Economía*, v. 38, n. 2, p. 341-368, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-52862011000200001>

MOSCHELLA, Manuela. Mexico and the IMF in the 1990s. Old and New Issues on Capital Account Liberalization and Emerging Market Countries. *Revista Comparative Economic Studies*, v. 52, n. 4, p. 589-609, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/46136667_Mexico_and_the_IMF_in_the_1990s_Old_and_New_Issues_on_Capital_Account_Liberalization_and_Emerging_Market_Countries

OECD. What does Argentina Export to Japan? (1995-2022) Tree Map. 2024. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/arg/jpn/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022

OECD. What does Argentina Export to Japan? (1995-2022) Tree Map. 2024. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/arg/jpn/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022

OECD. What does Argentina Export to Japan? (1998-2022). 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/line/hs92/export/arg/jpn/show/1995.2022>

OECD. What does Brazil Export to Japan? (1995-2022) Tree Map. 2024. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/bra/jpn/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022

OECD. What does Brazil Export to Japan? (1998-2022). 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/line/hs92/export/bra/jpn/show/1995.2022>

OECD. What does Japan Export to Argentina? (1998-2022). 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/line/hs92/export/jpn/arg/show/1995.2022>

OECD. What does Japan Export to Brazil? (1998-2022). 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/line/hs92/export/jpn/bra/show/1995.2022>

OECD. What does Japan Export to Mexico? (1998-2022). 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/line/hs92/export/jpn/mex/show/1995.2022>

OECD. What does Mexico Export to Japan? (1995-2022) Tree Map. 2024. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/mex/jpn/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000.2001.2002.2003.2004.2005.2006.2007.2008.2009.2010.2011.2012.2013.2014.2015.2016.2017.2018.2019.2020.2021.2022

OECD. What does Mexico Export to Japan? (1998-2022). 2024. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/line/hs96/export/mex/jpn/show/1998.2022>

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. China e Japão no Âmbito da Economia Política Internacional. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos>

RIBAS, Armando; *et al.* The 1994 Mexican Economic Crisis: the Role of Government Expenditure and Relative Prices. Working Paper of the International Monetary Fund, v. 99, n. 160, 1999. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/1999/wp99160.pdf>

SALGADO, Enrique Catalán; *et al.* La Alianza del Pacífico: Entre la geopolítica de China y de Estados Unidos. **Revista México y la Cuenca del Pacífico**, v. 5, n. 14, p. 19-52, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7942401>

SANTORO, Maurício. A crise de 2001 e a política externa argentina. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, nº 8, pp. 81 – 93, Janeiro 2017. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>

SCHWARTZ, Gilson. Perspectivas das Relações Brasil-Japão. *In: Anais do Seminário Comemorativo do Centenário da Assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão*. Rio de Janeiro: Consulado Geral do Japão no Rio de Janeiro; Escola Superior de Guerra, 1996.

SILVA, Marcos Aurélio da. China: Socialismo de Mercado, Relações Internacionais e Questão Ideológica. *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 139-165, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/76613/44615>

SOMMER, Martin. Why Has Japan Been Hit So Hard by the Global Recession? International Monetary Fund (IMF), 2009. Disponível em: <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/004/2009/005/article-A001-en.xml>

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A Novíssima China e o Sistema Internacional. *Revista de Sociologia e Política*, Dossiê China, v. 19, n. 1, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000400009>

WAINER, Andrés. ¿Un puente al desarrollo? Cambios en el comercio de América Latina con Estados Unidos y China. *Revista Latinoamericana de Economía*, v. 54, n. 213, 2023. Disponível em: <https://probdes.iiec.unam.mx/index.php/pde/article/view/69938>

WEBER, Christoph S. La Euro crisis. Causas e sintomas. *Estudios Fronterizos*, Revista Nueva Época, v. 16, n. 32, p. 247-282, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/pdf/estfro/v16n32/en_v16n32a9.pdf

WITS. Japan trade balance, exports and imports by country 2021. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/JPN/Year/2021/TradeFlow/EXPIMP/Partner/by-country>

WORLD TRADE ORGANIZATION. Map of Disputes between WTO Members, 2020. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_maps_e.htm?country_selected=CHN&sense=e

経済産業省通商機構部国際経済紛争対策室. アルゼンチンによる輸入制限措置に関するWTO上級委員会裁定を受けて, 2015. Disponível em: <https://www.tokyo-cci.or.jp/file.jsp?id=71318>

経済産業省. 中南米, 2017. Disponível em: https://www.meti.go.jp/report/tsuhaku2017/pdf/2017_01-04-02.pdf